



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 565 - DE 20 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 2018 - R\$ 4,00

Dois anos de ditadura civil de Temer

Avançam a pobreza da maioria e o entreguismo pró-imperialista

Retomar a luta nacional contra as demissões, desemprego, subemprego e arrocho salarial

Não à entrega da Embraer à Boeing!

Não à privatização da Eletrobras!

Operários e demais explorados, lutemos pela reestatização das empresas privatizadas, sob o controle da classe operária!



9 anos do falecimento do trotskista Guilherme Lora

Derrotar o imperialismo e o colonialismo sionista de Israel, armando o povo palestino!

CAMPANHA DOS 80 ANOS DA IV INTERNACIONAL

Responder à virada dos Estados Unidos

A propaganda de Temer sobre os feitos de seu governo nestes dois anos se despedaçou com a retração do crescimento, a elevação do desemprego e a disparada do dólar. Ao lado, a Argentina declarou falência e seu governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional. Também terá seu crescimento afetado com o brutal desequilíbrio cambial e com a disparada inflacionária.

A alta mundial do dólar atinge amplamente as economias semicolônias endividadas. A perspectiva é que a virada na política norte-americana, sob a direção do republicano Donald Trump, provocará tremores mais intensos nas relações internacionais. Não é difícil que os Estados Unidos se envolvam num confronto bélico mais perigoso no Oriente Médio. É o que indica a ruptura do acordo com o Irã.

A América Latina, que ainda está convalescendo da recessão, não terá como cumprir as previsões de crescimento e baixa da taxa de desemprego. A rapidez com o governo

que o País tem muito a dar. A limitação no comércio do aço e alumínio, bem como a entrega da Embraer a Boeing, é um sinal de que a metrópole tem poderio econômico para obrigar a burguesia brasileira a se curvar ainda mais.

A experiência revela que o entreguismo para obter o refinanciamento da dívida pública é limitado no tempo. O governo de Fernando Henrique Cardoso atendeu a esse ultimato. O endividamento voltou a se ampliar e se levantar como um poderoso obstáculo às forças produtivas nacionais. Luis Ignácio Lula da Silva, por sua vez, conseguiu manobrar nas condições de retomada do crescimento econômico, impulsionado mundialmente. Ao contrário, Dilma Rousseff não teve a mesma vantagem e afundou.

Os Estados Unidos e as demais potências não querem apenas que, com a reforma da previdência, as contas públicas obtenham algum fôlego. Querem que o Brasil ceda à guerra comercial e escancare seu mercado interno. A reforma trabalhista permite aos capitalistas, em particular às multinacionais, protegerem seus lucros, mas não responde às condições mundiais da crise de superprodução. A guerra comercial de Trump envolve a União Europeia, a

Os EUA e as demais potências não querem apenas que, com a reforma da previdência, as contas públicas obtenham algum fôlego. Querem que o Brasil ceda à guerra comercial e escancare seu mercado interno.

Macri, que se apresentou como salvador dos argentinos, se deparou com a falência de suas medidas consideradas “gradualistas” reflete a gigantesca submissão do País ao capital financeiro e aos ditames do imperialismo.

O governo Temer e a horda de analistas a serviço da burguesia correram a explicar que o Brasil está mais sólido. Assim, o mercado de capitais tem a garantia de que a dívida pública é sustentável, que os ajustes caminham e que as reformas estão sendo aplicadas. A reforma da previdência será aprovada ainda neste governo ou no próximo. Com as alterações bilionárias no sistema de aposentadoria, o Tesouro Nacional se aliviará das pressões negativas provocadas pelo déficit público. Mas tal feito depende da luta de classes, não apenas nacional.

Ocorre que a virada na política mundial dos Estados Unidos está apenas começando. A guerra comercial terá de dar saltos à frente e trazer resultados para a potência que se acha em declínio. Crescerão as exigências para que o Brasil contribua com sacrifícios muito maiores. O imperialismo avalia

China e Japão. Terá de ser descarregada pesadamente sobre as semicolônias.

Cabe ao proletariado responder à ofensiva do imperialismo e ao servilismo da burguesia nacional. O recrudescimento da opressão nacional se entrelaça com o recrudescimento da opressão de classe. Temer não apenas impõe as reformas antinacionais embasadas na entrega de ativos estatais e na ampla desnacionalização, mas também as reformas anti-populares que atingem diretamente a maioria oprimida. É fundamental responder de conjunto à opressão de classe e nacional. Somente o programa proletário pode organizar um movimento anti-imperialista e erguer as massas contra os ataques da burguesia nacional e de seu governo.

Nos próximos meses, imperará a disputa eleitoral. Trata-se de combater as pressões da burguesia e de seus lacaios no movimento operário e popular, propagandeando e agitando a bandeira da independência nacional e de defesa da vida dos explorados, sob a estratégia do governo operário e camponês.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL
—
DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Dois anos do governo Temer

Alegria da burguesia, tormento dos explorados

A comemoração dos dois anos de governo, realizada pelo Planalto, foi sem brilho. As massas rechaçaram Temer desde o início. A burguesia em geral e mesmo os partidos que o colocaram no poder não puderam saudar os dois anos. Isso por que não havia vantagens políticas, uma vez que a grande maioria dos brasileiros repudia o governo. Os partidos que deram o golpe de Estado estão correndo para lançar seus candidatos à presidência da República. Poucos querem permanecer colado à imagem degradada de Temer. A classe média, que apoiou o impeachment de Dilma Rousseff, ficou desolada com o escândalo de corrupção envolvendo o presidente golpista.

Restou à comemoração palaciana o discurso de Temer, empenhado em convencer tão somente os grandes capitalistas de que tirou o País da recessão, derrubou a inflação, reduziu a taxa Selic e, sobretudo, aprovou a PEC do Teto e a reforma trabalhista. O palavreado em torno da queda do desemprego não poderia ser dirigido à população. A queda da inflação, que é um bom argumento de qualquer governo burguês, não serviu de nada diante da redução da massa salarial. Se a reforma trabalhista encantou o empresário, horrozou o proletariado. A redução da taxa de juros amenizou um pouquinho, por hora, os gastos do Tesouro Nacional com os serviços da dívida pública. Mas a classe média devedora continua pagando juros exorbitantes no cheque especial, no cartão de crédito e outros financiamentos. A glorificação em torno da retomada econômica não pôde ser usada em cores vivas, uma vez que se reduziu a expectativa de crescimento do PIB. A taxa de desemprego voltou a crescer, bem como a da pobreza e miséria. A avaliação de que a intervenção militar no Rio de Janeiro tem conseguido retroceder a criminalidade não condiz com o noticiário policial. Temer ressaltou, como uma de suas principais vitórias, a recuperação da Petrobras. No entanto, a privatização e a desnacionalização dos recursos petrolíferos, postas e marcha, indicam o aperto do cerco à empresa que, no passado, foi o símbolo do nacionalismo burguês. O governo está prestes a entregar, definitivamente, a Embraer à Boeing. Está a poucos passos, também, de se desfazer da Eletrobras.

Os únicos que poderiam congraçar os dois anos de Temer eram os banqueiros, as multinacionais, os agroindustriais e os grandes comerciantes. Essa ultraminoria, que se valeu do governo Temer para proteger seus lucros nas condições de crise mundial, descarrega a desintegração do capitalismo sobre os ombros da maioria oprimida. Dirigindo-se a ela, Temer lamentou não ter conseguido impor a reforma da previdência, porém, não deixou de exalar entusiasmo com a possibilidade de retomá-la logo após às eleições.

Temer fez de conta não ter sido denunciado pela Procura-

doria-Geral da República de ser um dos chefes da quadrilha do MDB, que se envolveu com a JBS, Odebrecht, Rodrimar, etc. Procurou apresentar-se como um democrata, voltado a “pacificar” as correntes burguesas em choque. Não pretendeu recordar que seu mandato presidencial resultou da derrubada de um governo constitucional por meio de um golpe parlamentar. Chamou a atenção da imprensa para a sua convicção de que realizou um “semipresidencialismo”. Trouxe o Congresso Nacional para o centro da governabilidade. Esse feito, na realidade, apenas indicou que, como presidente instituído pelo Congresso Nacional, que dirigiu e concluiu o golpe de Estado, deu lugar a uma ditadura civil. Sua função principal foi promover as reformas antinacionais e antipopulares. Deu projeção aos generais, militarizando a política. A prisão de Lula e a sua eliminação da disputa presidencial ocorreram nas condições de avanço do autoritarismo. É claro que os golpistas tudo fazem para ocultar a relação entre o golpe de Estado e a ofensiva da Lava Jato contra o PT, em especial.

A crise política, provocada pelos choques palacianos em torno das investigações e revelações da Lava Jato, quase desmoronou o governo, que se sustentou inteiramente no apoio do grande capital, nos partidos que protagonizaram o golpe e na maior parte da imprensa monopolista.

O mais importante foi que Temer enfrentou uma resistência operária e popular. Resistência que começou com a juventude ocupando escolas contra a reforma do ensino médio, em outubro de 2016, e evoluiu para a greve geral de 28 de abril de 2017, contra a reforma da previdência e trabalhista. A greve geral possibilitou a presença da classe operária na luta nacional contra o governo e suas medidas. A burocracia sindical, no entanto, desmantelou o ascenso. Não podia ir mais além porque implicava romper a camisa de força da política de conciliação de classes. Temer contou, de um lado, com a disposição da Força Sindical e UGT em negociar a reforma trabalhista; e de outro, com a preocupação da CUT em levantar o PT como oposição burguesa. As bandeiras de defesa da democracia e de eleições se constituíram em uma trava ao levante das massas contra o governo isolado e acossado pelos choques palacianos. A greve geral, os bloqueios de rua e as grandes manifestações são incompatíveis com o divisionismo da burocracia sindical e com o lugar que ela ocupa na democracia burguesa.

É parte, portanto, do balanço dos dois anos do governo Temer, as ações da burocracia sindical, do PT e demais aliados da Frente Brasil Popular. Temer não só foi produto do golpe de Estado, mas também da política colaboracionista do PT. Antes do golpe, o governo petista se mostrou incapaz de combater as tendências di-



É parte, portanto, do balanço dos dois anos do governo Temer, as ações da burocracia sindical, do PT e demais aliados da Frente Brasil Popular. Temer não só foi produto do golpe de Estado, mas também da política colaboracionista do PT.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

tatoriais, que se armaram contra seu governo. Isso por que estava preso à democracia burguesa oligárquica e aos interesses gerais da classe capitalista. Depois do golpe, expôs toda sua incapacidade, comportando-se como oposição burguesa sob a ditadura civil de Temer. A forma como Lula se entregou à Polícia Federal foi o resultado da impotência política do reformismo e de suas ilusões quanto à democratização do Estado oligárquico.

O golpe de Estado não superou a crise política, que ganhou uma nova forma com a Operação Lava Jato, revelando a extensão das quadrilhas do MDB, PSDB e de outros partidos da frente golpista. A ruptura dos partidos que deram o golpe em torno da disputa eleitoral mostra o fracasso do governo Temer em assegurar o continuísmo por meio de uma aliança dirigida pelo MDB. Não se trata, assim, de um balanço estático desses dois anos de governo, mas de sua perspectiva. A necessidade de manter Lula preso e

com seus direitos políticos cassados é um imperativo do próprio golpe de Estado. Está claro para a burguesia e todo seu aparato que o PT não pode voltar a dirigir o Estado, pelo menos nesse momento. As tendências antidemocráticas, como se nota, estão ditando o curso eleitoral e a finalização da transição encarnada pela ditadura civil de Temer. A torrente eleitoral começa arrastar todos os partidos, incluindo os da esquerda legalizada.

A luta pela independência política do proletariado tem de responder a essa particularidade do momento. A defesa do programa operário, de suas reivindicações e de sua estratégia coloca o enfrentamento às novas manobras do governo golpista, que deve retomar a reforma da previdência, e as brutais pressões eleitorais que sofrerão as massas.

Lutemos para acabar com a alegria da burguesia e para pôr fim ao tormento dos explorados!

90 dias de intervenção no Rio de Janeiro

Passados três meses, é necessário confrontar os objetivos da intervenção militar com os resultados obtidos. Não para mostrar suas “falhas” ou “ineficiência”, mas para pôr de relevo as reais causas. Tudo indica que a medida vinha sendo, de fato, debatida há algum tempo nos bastidores da política burguesa. Mas, o problema para o governo golpista e o generalato estava em que não se sustentaria se não se criassem determinadas condições políticas e ideológicas que a justificassem.

A imprensa monopolista teve, nesse sentido, um papel de destaque. Passou a bombardear a população com dados que mostravam que entre 2015 e 2016 aumentou a taxa de roubos em 40,4% e de homicídios em 24,3%. E que os tiroteios contabilizaram 688 apenas entre janeiro e fevereiro de 2018: uma média de 22 por dia, muito acima da média de 2017 (16 por dia). Por sua vez, as polícias eram avaliadas como incapazes de enfrentar a situação. Indicava-se, assim, o fracasso das Unidades da Polícia Pacificadora (UPPs) em retomar o controle dos territórios dominados pelo narcotráfico e milícias, a falta de orçamento para investimentos em equipamentos e formação técnica, o atraso de salários, a penetração do crime organizado em suas fileiras, etc.

O objetivo da campanha de imprensa foi consolidar uma base social de apoio à militarização do estado. Certamente, houve e há camadas operárias e da população oprimida que a apoiaram. Sofrem a violência das facções nos bairros e os roubos agravam as incertezas de não chegar ao fim do mês com seus miseráveis ganhos salariais. Mas, sem dúvida, o principal alvo dessa maciça campanha foi a classe média, especialmente as camadas reacionárias e atrasadas, que receberam a medida como uma garantia à sua segurança pessoal e propriedade individual.

Há de fato uma estreita ligação ideológica entre a defesa do impeachment como medida necessária para acabar com “a corrupção endêmica” e a política econômica petista que entrava o crescimento. O que iria, supostamente, “favorecer” à classe média e garantir a segurança pública. Essas palavras de ordem estruturaram o arcabouço retórico da burguesia. Refletiram, evidentemente, os interesses da pequena burguesia, apreensiva com os níveis de violência urbana. A campanha em torno da segurança e a intervenção militar reforçaram o apoio dessa classe às tendências autoritárias e ditatoriais da burguesia.

Promessas e realidade

Temer prometeu que a intervenção reduziria a criminalidade e fortaleceria a presença do Estado nas regiões controladas pelas facções criminosas. Em uma entrevista ao jornal El País, o coronel Roberto Itamar, porta-voz do General Braga Netto, assegurou que, após 60 dias, houve uma “*queda de roubos de cargas (68%), nos homicídios dolosos (47%), roubos a transeuntes (35%) e de veículos (16%)*”.

No entanto, basta observar os dados apresentados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro para comprovar que essas declarações carecem de base real. Segundo o ISP, os roubos de veículos aumentaram em março de 2018 em 7,1%, 356 a mais em relação ao mesmo mês de 2017. “*Foi o maior número registrado num mês em toda a série histórica*”, destaca. E agrega que, embora se reduzisse em 2,9% o número de “*vítimas de letalidade violenta (homicídio doloso, latrocínio, homicídio decorrente de oposição à intervenção policial e lesão corporal seguida de morte)*”, nas regiões do Grande Rio (Rocinha, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, São Conrado, Vidigal, etc.), se registrou um aumento de mortes “*decorrentes de oposição à intervenção policial*” e “*creceu o número de homicídios dolosos*” (498 para 503). Eis por que, apesar das prisões caírem (20%), o índice da criminalidade aumentou, sinalizou o ISP.

Onde a presença militar é ostensiva, a exemplo de Vila Kennedy, as “*vítimas de letalidade violenta*” foram sete a menos e caiu o roubo de veículos (22 a menos em relação a março de 2017), assim como de aparelhos celulares, de carga, bancos, comércios, etc. Mas, o ISP também indica que assassinatos ligados à intervenção policial e do exército cresceram no conjunto do estado. Assim, entre 16 de fevereiro e 16 de abril, se registraram 1.502 tiroteios (1.299 no bimestre anterior) homicídios: 209 tombaram sob as balas da polícia ou do exército.

Aconteceram ainda 12 chacinas com 52 assassinados até abril, enquanto que, para todo o ano de 2017, foram seis chacinas e 27 mortos. Na chacina da Rocinha, em 24 de março, o Batalhão de Choque da PM massacrou 10 pessoas em retaliação pela morte de um policial. Mas, dois meses antes da intervenção (dezembro de 2017), estima-se que foram membros do exército que assassinaram oito pessoas em Salgueiro. Testemunhas indicaram que os assassinos desceram na área da mata

de helicóptero, vestiam roupas das tropas especiais do exército e capacetes, além de carregar rifles equipados com lanternas e visão a laser, como contou um sobrevivente. Segundo confirmação do Comando Militar do Leste, um dia antes da chacina, tinham sido usados helicópteros para transportar militares para zonas de mata no Complexo do Salgueiro.

Como se vê, as polícias continuam a assassinar e se comprometer em massacres, acobertando-se, agora, com a impunidade outorgada pela militarização do estado. A chacina de Salgueiro mostrou ainda que o exército já tomava parte da violência que antecedeu à intervenção. De forma que a militarização da política agravará a violência desfechada pelo Estado contra a população oprimida.

Milícias e política burguesa

Há duas semanas, a imprensa monopolista informou que foi desmontada uma das maiores milícias do Estado, a Liga da Justiça, que atuava em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio. Entretanto, trata-se de uma entre as mais de 22 milícias que atuam em 11 municípios do Grande Rio. Estima-se que mais de 160 comunidades estejam submetidas ao poder das milícias e dois milhões de pessoas obrigadas a usar o transporte ilegal e a comprar produtos sobretaxados, como botijão de gás, água e cesta básica.

Ocorre que as milícias se nutrem das relações entre policiais da ativa ou “reformados” (demitidos ou com processos administrativos) com inúmeros funcionários públicos e políticos. Vereadores e deputados são eleitos graças a essas relações. De forma que as milícias continuarão a agir e vigorar, enquanto sua força econômica e domínio territorial condicionarem as relações eleitorais, penetrarem no seio do Estado e integrarem o quadro da política burguesa. Essa relação é típica do capitalismo em decomposição.

Não por acaso, o assassinato de Marielle Franco e de Anderson Pedro leva a assinatura das milícias, que precisam remover qualquer que seja o obstáculo que ameace os seus negócios. É certo que Marielle e o PSOL não constituíam um obstáculo à altura. Tudo indica que a execução da vereadora foi um sinal das milícias aos interventores. Assim como a morte do assessor de vereador que denunciou as milícias como autores do crime.

Acabar com a violência milicianista foi um dos principais objetivos da intervenção. Passados 90 dias, suas atividades foram parcamente atingidas. Nada indica que serão desmanteladas. Está aí por que o desmonte de uma ou outra milícia não poderá acabar com as bases sociais e políticas sobre as quais desenvolvem suas atividades de bandos paramilitares.

A militarização agravará a violência social

Em face dos dados do ISP, o coronel Itamar procurou explicar que os índices por ele apresentados eram produtos de



A morte de parcelas da juventude acaba por engrossar as estadísticas, que servem de máscara à política burguesa, para dizer que assim se combate o crime. Mas, mantém-se inalterado o quadro da decomposição social, que leva um importante contingente de jovens oprimidos às fileiras do crime.

“informes internos”, que viriam a se refletir “nos números oficiais da Secretaria de Segurança Pública”, quando a intervenção se finalizar. Para depois agregar que não se tratava apenas de combater “a oferta, mas também a demanda”. Com essa declaração, a responsabilidade dos crimes passava a recair também sobre quem compra “produtos de origem duvidosa” e frequenta “bailles funk nas favelas”, onde existe “risco de abordagem da PM”. De forma que “se houver uma operação policial naquele momento” e alguém estiver presente, então “vai sobrar para você”, disse.

Os bairros que se caracterizam pelo desemprego, subemprego, miséria e pobreza, pela falta de direitos básicos e pela brutal violência policial, são habitados pela juventude que, sem ter trabalho e educação, acaba engrossando as fileiras do narcotráfico e da criminalidade. Constitui, assim, a principal base social das relações criminosas que permeiam o estado e o principal alvo das balas da polícia. A morte de

parcelas da juventude acaba por engrossar as estadísticas, que servem de máscara à política burguesa, para dizer que assim se combate o crime. Mas, mantém-se inalterado o quadro da decomposição social, que leva um importante contingente de jovens oprimidos às fileiras do crime.

O essencial dessa constatação está em que não há como resolver essas formas de violência e opressão nos marcos do capitalismo, que não assegura emprego e salários a milhões de explorados. Partido dessa premissa, compreende-se por que a militarização da política é produto, em última instância, da desintegração do sistema de exploração do trabalho e acumulação de capital.

Tarefas colocadas e política proletária

A política proletária deve ter como ponto de partida mostrar as reais causas econômicas, sociais e políticas que levam a burguesia a se valer do autoritarismo e das medidas ditatoriais. Compreender as tendências e leis econômicas que regem as mudanças nos métodos e medidas de governo da burguesia, em cada conjuntura objetiva, ajuda a estabelecer e propor as bandeiras e métodos de luta que levem o proletariado a avançar a sua independência política.

A tarefa colocada na situação é a de combater as tendências autoritárias e ditatoriais da burguesia com os métodos da luta de classes. Nesse sentido, as bandeiras de “Fim imediato da intervenção”, constituição de “Comitês populares de autodefesa” contra a violência e o terrorismo do Estado burguês e de “Tribunais Populares para julgar os crimes da burguesia, seus agentes políticos e seus órgãos repressivos”, devem ser propagandeadas e agitadas no seio das massas como parte indissolúvel da luta pelos empregos e salários. É através dessa luta e com esses métodos que as massas se elevarão politicamente à estratégia de poder próprio da classe operária, o governo operário e camponês.

Greve na Mercedes

Os militantes do POR, que distribuíam o boletim Nossa Classe, narram como se deu a assembleia do terceiro dia da greve. Disseram que o representante do Comitê Sindical da Empresa (CSE), Max, informou aos operários de que as negociações “não avançaram, mas que houve um recuo da empresa”. Isso por que a montadora aceita pagar o percentual da variação anual do INPC para os salários de até R\$ 10.000,00, mas reduz, para esses, o valor da parcela única do abono salarial, de R\$ 3.350,00 para R\$ 500,00. Concluiu afirmando que a negociação das cláusulas sociais e das salvaguardas permaneceu na estaca zero.

A assembleia durou cerca de quinze minutos. Só falaram Aroaldo, pelo sindicato, e Max, pelo CSE. Resumiu-se, assim, ao

informe da negociação. A assembleia foi encerrada sem votação, com o anúncio, pelo coordenador do CSE, da continuidade da greve. Em silêncio, os operários foram rapidamente embora.

Esse é exemplo de como a burocracia do sindicato conduz a assembleia. Não há discussão de propostas, só falam os dirigentes. Os operários passivamente ouvem os informes do que ocorreu na negociação. Não há nenhuma intervenção política sobre a greve, o movimento em outras fábricas e mesmo sobre a situação do momento. Como não há democracia na assembleia, quem usa a palavra é o sindicato e o CSE. Esse é o meio que os burocratas têm para educar na passividade e na despolitização os operários.

Reproduzimos abaixo o boletim Nossa Classe

É preciso convocar a greve geral dos metalúrgicos

Desde segunda-feira, 14 de maio, os operários da Mercedes estão em greve. Fracassaram as negociações em torno ao reajuste salarial, às cláusulas sociais e à demissão de mensalistas. A multinacional não admite nenhuma reivindicação que interfira nas suas metas de redução de custo da força de trabalho e de aumento dos lucros. Respondeu com um NÃO ao pedido do sindicato de negociar o reajuste salarial. Em lugar do reajuste, propôs um vergonhoso abono. Assim, o reajuste seria zero e o abono não passaria um tapa-buraco provisório. Os metalúrgicos sabem que o abono é uma forma de não valorizar o salário e, portanto, impor perdas.

A poderosa multinacional segue a tendência geral dos capitalistas, de diminuir o custo da força de trabalho. A patronal chega ao ponto de colocar na mesa de negociação a exclusão da estabilidade ao acidentado e do complemento salarial em até 120 dias de afastamento. Quanto à demissão dos mensalistas, a montadora alemã diz que precisa reduzir custo a qualquer preço. De maneira que, nas negociações, os operários ficariam sem o reajuste, perderiam conquistas sociais e, ainda por cima, arcariam com demissões.

A prepotência da patronal imperialista – a Mercedes explora os trabalhadores brasileiros para acumular capital em sua matriz alemã – é sem limites. O limite, no entanto, é dado pela greve. Para isso, deve ser uma greve firme e coesa. Uma greve com mobilizações diárias que ganhem as ruas, que percorram as fábricas da região e que convoque os demais metalúrgicos à unidade grevista. A direção da Mercedes tem de ter claro que a direção do sindicato não está blefando, com uma greve passiva e com tempo determinado para acabar. A direção da Mercedes tem de ter claro que os metalúrgicos estão em greve para vencer. É necessário que a direção do sindicato convoque a assembleia geral dos metalúrgicos, para decidir sobre a campanha salarial única de todos os metalúrgicos do ABC.

A greve da Mercedes não pode ficar isolada. Temos a certeza de que a campanha salarial dividida, por fábricas e por grupos, comparece enfraquecida diante da unidade patronal. Somente a unidade operária grevista e organizada por meio da assembleia geral pode impor um acordo coletivo, contrariando a flexibilização capitalista do trabalho e a reforma trabalhista.

A experiência dos metalúrgicos do ABC com os acordos de flexibilização da jornada de trabalho e salário tem sido catastró-



fica. Tais acordos serviram à redução dos salários, eliminação de direitos e à preparação das demissões em massa. Os fatos mostraram que tais acordos não detiveram as demissões. A própria Mercedes é a prova viva de como a multinacional usou os cortes de empregos para impor a flexibilização; e usou a flexibilização para chegar aos cortes de empregos. O enfraquecimento da luta coletiva permitiu que, agora, a empresa alemã simplesmente diga: não haverá reajuste algum, retirarei direitos e mandarei embora os

mensalistas. Com a corda no pescoço, o Comitê Sindical de Empresa (CSE) se viu obrigado a movimentar o interior da fábrica e, finalmente, decretar a greve. O importante dessa nossa observação é que vem no sentido de defender a vitória da greve!

É preciso ter claro que a greve se choca com a imposição da reforma trabalhista da ditadura civil de Temer. Se choca com a generalização dos contratos de terceirização. E prepara a luta da classe operária contra a retomada da reforma da previdência. Esse é o motivo principal que deve unir não só os metalúrgicos do ABC, mas todos os explorados em defesa da greve da Mercedes. A greve geral de 28 de abril do ano passado mostrou o caminho da unidade dos trabalhadores, capaz de enfrentar a ofensiva geral da burguesia e seu governo. É preciso retomar esse caminho com mais decisão e mais firmeza. Retomar esse caminho contrário à política de conciliação de classes. Somente a classe operária organizada e independente poderá derrubar as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista.

É muito importante a derrota da montadora para que se fortaleça a convicção de todos os metalúrgicos de que não há outro caminho para enfrentar as demissões, os cortes salariais e a eliminação de direitos a não ser a luta grevista. A direção do sindicato e o CSE devem estender o movimento a todas as fábricas, começando por convocar a assembleia geral.

Pela vitória da greve dos metalúrgicos da Mercedes!

Unificar a campanha salarial em um só movimento grevista!

Convocar a assembleia geral!

Fortalecer a democracia operária, com assembleias livres e com as decisões coletivas!

Viva a greve dos operários da Mercedes!

16 de maio de 2018

Pernambuco

Ato contra o aumento da tarifa no Metrô em Recife

No dia 07 de maio, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) anunciou o aumento nas tarifas em até 89% em cinco capitais: Belo Horizonte, Recife, João Pessoa, Maceió e Natal. Sem a convocação de nenhuma plenária aberta para a discussão do brutal aumento, um ato foi definido, improvisadamente para a sexta-feira, primeiro dia em que o novo preço passou a vigorar.

A militância do POR esteve presente no ato contra o aumento criminoso da tarifa do metrô do Recife, que passou de R\$ 1,60 para R\$ 3,00. O ato foi convocado pela Frente de Luta pelo Transporte Público e SINDMETRO. Estiveram presentes representantes de organizações do movimento estudantil, como a UESP (secundaristas), UNE, e lideranças sindicais, como o presidente e vice do Sintraci (Sindicato dos trabalhadores informais), e Paulinho da CUT e representantes do PCO, PCB, PSOL e autonomistas.

Houve panfletagem a partir das 9h, na estação central do Recife. Às 10h30, o ato saiu em caminhada. Sem plenárias e assembleias em locais de estudo, moradia e trabalho para preparar o enfrentamento, cerca de 50 pessoas marcharam até a Assembleia Legislativa. Coube a militantes do POR e alguns anarquistas puxar palavras de ordem, visto que, no carro de som, só eram ditas falas que canalizavam para a via da pressão parlamentar.

O POR interveio em dois momentos, na concentração, onde rapidamente falou da necessidade de se unir a luta dos metroviários como trabalhadores em geral pela luta do transporte e na Alepe. Vale ressaltar um episódio lamentável, onde, nessa segunda fala, o militante teve a fala interrompida e o microfone tomado por um integrante da Frente de luta que, ao avistar um parlamentar, tomou o microfone para exercer sua tática falida

de pressão parlamentar. Logo após o acontecido, o militante do POR teve a fala devolvida e a encerrou expondo justamente a limitação dessa tática e que somente a luta sendo guiada pelas reivindicações mais sentidas poderia realmente fomentar um movimento de massas, capaz de barrar este aumento, e citou, como exemplo, a disposição de luta assinalada pela classe trabalhadora em 28 de abril do ano passado, fazendo um chamado para o retorno da construção da greve geral.

O PSOL, que dirige a frente de luta, tem apostado no uso eleitoral dessa luta. Em Recife, só fala da CPI do transporte, expondo os parlamentares que não aderiram à proposta de seu parlamentar. Nacionalmente, ingressou com uma ação para suspender os aumentos. Tais medidas serão impotentes para frear o aumento, porém, farão seus parlamentares e candidatos brilharem como defensores do povo. Isso só vai atrasar o avanço na consciência das massas que têm de ser convencidas que somente por suas próprias forças e métodos conseguirão revogar mais este abuso.

O aumento na tarifa mostra que, mesmo estatal, a CBTU age de acordo com os interesses da burguesia. É necessário lutar pelo controle operário coletivo. São os trabalhadores que fazem o metrô funcionais, e que usam esse serviço, conhecendo quais as reais necessidades do sistema.

O novo valor é incompatível com a realidade de desemprego, miséria e precariedade sofrida pelos trabalhadores e juventude. A medida é parte dos ataques da ditadura civil de Temer, que descarrega sobre os explorados e oprimidos o peso da crise econômica mundial. Façamos da luta pela revogação do aumento, uma alavanca para a luta mais geral contra a ditadura civil de Temer.

USP paralisa no dia 17/05 e se junta às demais universidades paulistas em ato no Cruesp – greve tem indicativo para o dia 28/05

No dia 17/05, a USP paralisou as suas atividades. O objetivo era pressionar os reitores das universidades estaduais paulistas, reunidos no Cruesp, por meio de um ato público, durante a negociação com os sindicatos docentes e de funcionários (Fórum das Seis).

A paralisação ocorre num momento em que se retomam as mobilizações por reajuste salarial em todo o país. A greve na Mercedes, em S. Bernardo do Campo/SP, e as greves de professores em seis estados indica a possibilidade de retomada da luta grevista interrompida após a greve geral de 28/4 no ano passado. Essa tendência de luta se manifesta na universidade, favorecendo a mobilização. Pela primeira vez em vários anos, a paralisação ocorreu sem conflitos em grande parte das unidades. Até mesmo onde não foram feitos piquetes. A pressão pela greve empurra as correntes e partidos para a unidade na luta. A combinação da tendência geral com as ações de divul-

gação e denúncia das condições na universidade levaram a que a grande maioria apoiasse o movimento.

Os funcionários e professores se movem principalmente pelo salário e condições de trabalho. O congelamento salarial há dois anos, a não reposição integral da inflação nos dois anos anteriores, a demissão de mais de 3.600 funcionários e a redução em 499 professores, com forte ampliação de trabalho precarizado, são os motes deles. Mas a pauta ainda inclui a permanência estudantil de modo genérico e a reivindicação de vagas, sem incluir a manutenção, bolsas, devolução dos blocos K e L, moradias para as mães, reabertura das creches fechadas, etc.

Os estudantes aprovaram a permanência estudantil e o atendimento das reivindicações de professores e funcionários como bandeiras. Aderiram à paralisação de 17/05 e, por proposta da Corrente Proletária e independentes, votaram pelo indicativo de greve a ser deliberado em assembleia geral no dia 24/05.

4 Movimentos

A Corrente Proletária tem se esforçado em divulgar amplamente a assembleia estudantil e as reivindicações dos estudantes. Juntamente com a associação de moradores (Amorcrusp) e independentes, confecciona krafts e distribui os boletins, impulsionando a luta.

Durante a paralisação, em algumas unidades se organizaram atividades grevistas. A discussão fortalece a vanguarda que impulsiona a luta. Nesse debate, o POR defendeu a necessidade de retomar a bandeira do governo tripartite, subordinado à assembleia geral universitária. E mostrou como os ataques à universidade são parte da ofensiva reacionária e direitista dos governos, tendo por base a crise econômica. Insistiu na necessidade de unidade com os demais movimentos, em particular o da classe operária. E pela retomada da via da

greve geral.

A negociação com os reitores levou a uma proposta de 1,5%, e nada das demais reivindicações. Os sindicatos mostraram que a arrecadação do ICMS paulista aumentou mais de 8% nos primeiros quatro meses do ano e que as verbas não estão sendo repassadas integralmente. A intransigência dos reitores, mandados pelo governo, se manteve.

O resultado é que o Fórum das Seis anunciou a não aceitação da proposta, assembleias até 24/05 e greve a partir de 28/05. Trata-se de um momento em que o movimento estudantil pode romper o marasmo imposto pelas direções há alguns anos na USP e tomar posição à frente da luta grevista, chamando para a unidade com os explorados contra os exploradores, fora da universidade.

Ato em São José dos Campos



O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Federações e Confederações realizaram, em 15 de maio, uma manifestação contra a entrega da Embraer à Boeing, no Paço Municipal. Contou com a participação de representantes dos Sindicatos de metalúrgicos, dos químicos e da Alimentação, bem como da Federação e Confederação metalúrgica. O objetivo do ato era o de exigir que o prefeito Felício Ramuth (PSDB) se pronunciasse contra a venda Embraer, que tem como consequência o massivo fechamento de postos de trabalho. Portanto, um ato meramente de pressão ao prefeito.

Fez uso da palavra o deputado pelo PT, Carlos Zarattini, membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que disse que tem feito cobranças no Congresso Nacional para que os deputados federais se posicionem contrários à venda da empresa estatal e que também pressionem Temer a desistir da venda. Disse, também, que cobra dos militares um pronunciamento contra a entrega da Embraer à multinacional norte-americana, enfatizando que os militares “sabem o que está em jogo”, que é a soberania nacional, tanto a defesa do espaço aéreo, quanto o desenvolvimento das tecnologias.

O presidente da FEM/CUT (Federação dos Sindicatos Meta-

lúrgicos de São Paulo) denunciou a privatização e as consequências demissões. Concluiu dizendo que nenhum trabalhador pode ter ilusão de que com a Boeing vai continuar fabricando aviões aqui na empresa e exportando para os Estados Unidos. Outros dirigentes sindicais discursaram contra a venda e apontaram que 17 mil trabalhadores poderão perder os empregos.

O representante da Força Sindical, Miguel Torres, falou em nome do “Movimento Brasil Metalúrgico” e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Demagogicamente, o burocrata, que apoiou o golpe de Estado, disse que a venda da Embraer faz parte do plano de desnacionalização do governo Temer, a exemplo da Eletrobras.

O presidente do PSTU de São José dos Campos e ex-presidente do sindicato metalúrgico, defendeu a necessidade de reestatizar a Embraer como “única forma de garantir que a empresa cumpra, de fato, os interesses nacionais”.

Concretamente, os discursos visaram tão somente a pressionar o prefeito para que tomasse partido em favor da Embraer. Como o prefeito é do PSDB, ficou mudo. Assim, o ato foi encerrado sem que houvesse um verdadeiro compromisso por parte dos sindicatos cutistas e forcionistas de organizar a classe operária para que, de conjunto, se levantasse contra a entrega da Embraer. Mais ainda: a pequena presença de operários, a exemplo dos da Embraer, mostrou que não houve um bom trabalho junto às fábricas de convencimento da importância da luta nas ruas para impedir a privatização.

O Partido Operário Revolucionário esteve presente ao ato com seu manifesto, que levantava as bandeiras: Não à privatização da Embraer! Não à privatização da Eletrobras, Correios e das fontes de matérias-primas! Reestatização de todas as empresas privatizadas e semiprivatizadas, sob o controle operário! Organizar a frente única anti-imperialista, sobre a base do programa proletário!



Abaixo a entrega da Embraer à Boeing

Toda força à manifestação em São José dos Campos

É passada a hora de reagir às privatizações, ao entreguismo e à desnacionalização. O País está prestes a entregar a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) à Boeing norte-americana. É mais um importante passo na desnacionalização da economia e no seu controle interno pelo capital imperialista.

O amplo programa de privatização, que vem sendo imposto desde o governo Collor, atinge todos os ramos e áreas fundamentais da produção e distribuição. Está em andamento a desestatização da Eletrobras e privatização de parte da term nuclear de Angra dos Reis. As reservas petrolíferas estão indo pelo mesmo caminho. A tentativa da ditadura civil de Temer de extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na região amazônica, indicou até onde vai o servilismo da burguesia nacional, de seus partidos e de seus governos.

O caso da Embraer tem uma particularidade, que deve ser ressaltada. Trata-se de um ramo de alta tecnologia, que serve tanto a objetivos comerciais como militares. Está aí por que os Estados Unidos sempre estiveram presentes no desenvolvimento da Embraer. Como não houve possibilidade de dissuadir a ditadura militar de criar uma indústria de aviação (a Embraer foi fundada no final do governo Costa e Silva, 1969), o Pentágono procurou condicioná-la por meio de acordos tecnológicos. A Embraer ganhou vida, sob a direção do coronel e engenheiro Osires Silva, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Lembremos que o ITA foi fundado no final do governo do general Eurico Gaspar Dutra, em março de 1950. Expressava a visão nacionalista de desenvolvimento do Brasil, marcado pelo período varguista. A formação de uma base técnico-científica do ITA serviu para o governo militar decidir sobre a criação da Embraer. É bom lembrar, também, que a Petrobras foi criada em 1953. E o sistema integrado da Eletrobras foi concebido em 1954, por Getúlio Vargas, criado por Jânio Quadros e implementado por João Goulart.

Nota-se que havia uma fração burguesa e pequeno-burguesa que se apoiava na tese do desenvolvimento nacional, ou seja, do nacional-desenvolvimentismo. O que implicava utilizar o poder do Estado para intervir no desenvolvimento da economia, daí o estatismo. As Forças Armadas, portanto, inevitavelmente, refletiram as tendências do nacionalismo burguês. A fração opositora minoritária se assentava na penetração imperialista, que passou a ser comandada pelos Estados Unidos, a partir dos anos 1930, principalmente nos anos 1940.

O golpe militar de 1964, embora se dirigisse contra o nacionalismo decrépito, não teve como erradicá-lo. Tomou a forma do nacionalismo militar, cuja expressão maior se manifestou no governo de Ernesto Geisel. Está aí por que não somente foram preservadas as várias iniciativas do desenvolvimentismo nacional, inclusive, impulsionadas, como nos casos do sistema elétrico, da exploração mineral e da tecnologia aeroespacial. O fim da ditadura militar e a “redemocratização” não serviram para constituir uma nova etapa do nacional-desenvolvimentismo, pelo contrário, abriram caminho para o desmonte do es-

tatismo, típico do país semicolonial, portanto, defensivo. Não por acaso, o primeiro presidente eleito, que foi Collor, estabeleceu um plano de desestatização, privatização e entreguismo. Fernando Henrique Cardoso o ampliou e o implementou. Os governos do PT se adaptaram à desnacionalização dos governos anteriores, francamente pró-imperialistas. E, finalmente, o governo Temer, retomou as diretrizes desnacionalizadoras, estabelecidas nos anos 1990.

Na base desse processo, está a crise econômica, que despontou na década de 1970. Um dos fatores fundamentais da crise e do bloqueio às forças produtivas, são a monumental dívida pública e a maior dependência do País ao capital financeiro internacional para financiá-la. A entrega da Embraer à Boeing faz parte do plano pró-imperialista de desmonte das estatais e, portanto, do complexo econômico montado sob a diretriz do nacional-desenvolvimentismo.

É um erro isolar a privatização da Embraer e a sua absorção pela multinacional norte-americana desse processo, e da estratégia geral entreguista que prevalece no seio da burguesia nacional, e que, assim, se reflete nas fileiras das Forças Armadas.

Não se trata de defender corporativamente a Embraer, mas a partir de sua defesa lançar as bases de um movimento anti-imperialista contra a privatização da Eletrobras, das fontes de matérias-primas, da ECT e pela reestatização sob o controle operário.

Federações e Confederações de metalúrgicos aderiram à convocação dessa manifestação de terça-feira, em São José dos Campos. Espera-se que o prefeito e a Câmara Municipal de SJC, bem como o governador Márcio França e a Assembleia Legislativa, se sensibilizem e “cobrem o governo de Michel Temer a usar seu poder de veto para impedir a venda da Embraer”, nas palavras do presidente do Sindicato Metalúrgicos de SJC. É líquido e certo que, se a Embraer depender desses governos burgueses, seu destino está selado. Há que dizer, sem temor, que há uma capitulação geral dos políticos da burguesia, e inclusive da burocracia sindical, diante das privatizações, do entreguismo e da desnacionalização.

As denúncias e reclamações sem uma resposta incisiva e ativa de organização da classe operária e demais explorados contra a ofensiva do imperialismo e as posições pró-imperialistas da burguesia nacional caem no vazio. Ao contrário de armar as massas com a política da resistência aos planos de privatização e às reformas antipopulares, as desarmam com a demagogia oposicionista. Nenhum setor significativo da burguesia se insurgirá contra a entrega da Embraer à Boeing. As manifestações do Ministério Público quanto à garantia dos empregos também é demagógica e hipócrita. Não se trata de fazer um acordo com a Boeing, mas de rechaçar incondicionalmente a entrega da Embraer. Mais ainda, não se trata de defender corporativamente a Embraer, mas a partir de sua defesa lançar as bases de um movimento anti-imperialista contra a privatização da Eletrobras, das fontes de matérias-primas, da ECT e pela reestatização sob o controle operário.

É preciso caracterizar as privatizações, o entreguismo e a desnacionalização como expressões da opressão nacional, exercida pelo imperialismo, por suas multinacionais e pelo capital financeiro. Ou a classe operária se organiza e assume a dianteira de uma frente única anti-imperialista, ou a desnacionalização avançará em toda a sua plenitude. Não será possível salvar a Embraer com manifestações voltadas a convencer governadores, prefeitos e parlamentares de que se trata da “soberania nacional” e de proteção aos empregos.

O imperialismo, nas condições de desintegração da economia mundial, já não admite o estatismo e nacional-desenvolvimentismo de suas semicolônias. Cobra suas dívidas e sua dependência ao mercado mundial com as privatizações e o desarme de suas economias nacionais. A ausência da luta anti-imperialista chegou ao ponto que tem permitido à ideologia dominante espalhar a falsa tese de que, com a globalização e com as cadeias produtivas mundiais, já não existe imperialismo. Justamente o contrário se passa. A maior subordinação das economias de capitalismo atrasado à ordem mundial reflete a voracidade do imperialismo. Ocorre que a luta anti-imperialista nas semicolônias, inevitavelmente, coloca a expropriação revolucionária do grande capital, o que corresponde à luta an-

ticapitalista e socialista do proletariado.

Mais do que nunca, a tarefa de conquistar a independência nacional dos países semicoloniais está na ordem do dia. Não se pode falar em “soberania do país” sem que se organize a luta anti-imperialista, sob a direção do proletariado. É importante, assim, que a manifestação dos metalúrgicos de São José não se desvie para as pressões parlamentares e para o eleitoralismo. E que sirva de ponto de partida para a constituição de uma frente única anti-imperialista. Que constitua um comitê voltado à luta contra as privatizações e pela organização do movimento anti-imperialista.

***Não à privatização da Embraer!
Não à privatização da Eletrobras, Correios
e das fontes de matérias-primas!
Reestatização de todas as empresas
privatizadas e semiprivatizadas,
sob o controle operário!
Organizar a frente única anti-imperialista,
sobre a base do programa proletário!***

14 de maio de 2018

Ato dos sem-teto de São Paulo

Em 9 de maio, foi realizado o ato dos movimentos sem teto de São Paulo. Cinco mil pessoas compareceram na Praça da Sé para manifestar solidariedade às famílias do edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, que pegou fogo e desabou em 1º de maio. Em seguida, se realizou a passeata até a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Caixa Econômica Federal e Prefeitura de São Paulo, onde se exigiu “direito à moradia digna” e financiamento estatal de moradias populares. Foi apresentado um documento com a pauta dos movimentos. A mobilização se encerrou com um ato ecumênico no Largo do Paissandu, onde acampam os moradores do Wilton Paes de Almeida.

O MTST, Movimento Independente de Luta pela Habitação (MILH), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Moradia para Todos (MMP), Frente de Luta pela Moradia (FLM), Movimento de Luta por Moradia (MLM), União dos Movimentos por Moradia, representantes do PT e do PSOL, dentre outros, participaram da atividade.

Guilherme Boulos (MTST) assinalou o “descaso do poder público” em reformar e adequar os prédios ocupados para transformá-los em moradias dignas, rejeitou a criminalização dos movimentos e exigiu “políticas públicas de moradias populares”. Benedito Barbosa (CMP) disse que são as gestões do PSDB as culpadas da tragédia, de forma que a Polícia Civil deveria investigá-las por “crime de responsabilidade”, e que a criminalização dos movimentos pretende justificar os despejos e a entrega do centro da cidade à especulação imobiliária. Erica (MLM) afirmou que a tragédia impulsionou a “unidade dos movimentos” e que se devia aproveitá-la para combater a especulação e lutar por um “plano nacional de habitação popular, saneamento e serviços básicos para as ocupações”. Eloisa (FLM) exigiu do poder público que se “requisitassem os imóveis sem uso ou ociosos”, para transformá-los em moradias populares, para depois chamar os legis-

ladores a “abrir mão do auxílio moradia” e doá-lo para “resolver problemas de famílias sem teto”.

O deputado estadual do PT, Alencar, acusou o governo Temer de cortar o orçamento de “Minha Casa, Minha Vida” e defendeu o governo Lula, que “teve um compromisso histórico” com a moradia. De forma que era necessário, na nova conjuntura, apoiar um “projeto de país” que resgatasse esse legado. Marin, do diretório estadual do PT, assinalou que a liberdade de Lula “é fundamental nessa conjuntura” e que o segundo turno eleitoral deveria ser colocado a unidade da esquerda. O presidente do Diretório Municipal do PT, Paulo Fiorilo, reivindicou “a implantação do Plano Municipal de Habitação” e exigiu que Alckmin retornasse o projeto de investimento de 1% do ICMS para “habitação popular”. O vereador Suplicy preferiu um tom mais técnico, assinalando que “há 70 edifícios ocupados somente na região central” de São Paulo e “existem ainda 25 mil pessoas em situação de rua, número que cresceu muito de 2015 para cá em função da recessão e do desemprego”. Pediu, finalmente, um plano de moradia popular para os mais pobres.

Observa-se que os representantes do PT puderam ir além dos discursos das lideranças dos movimentos. Enquanto essas se limitaram a apresentar reivindicações gerais de unificação, para assim acobertar as diferenças partidárias-eleitorais, os representantes do PT defenderam explicitamente os governos petistas, como sendo os únicos interessados na moradia popular. Aproveitaram para fazer sua campanha eleitoral.

Essa “divisão de tarefas” entre “políticos” e “lideranças populares” nas intervenções permitiu que a retórica unitária acobertasse o real conteúdo partidário e eleitoralista do ato. A intervenção do PSOL não mudou esse caráter. Apenas apresentou a imagem da “unidade dos partidos de esquerda”.

A defesa das eleições e dos métodos de pressão parlamentar deu ao ato um marcado tom de comício eleitoral, mal disfarçado

pela defesa dos sem-teto. Não por acaso é que a defesa de “políticas públicas de moradias populares”, de combate à especulação por meio do “saneamento e serviços básicos para as ocupações” e até a exigência de que se “requisitassem os imóveis sem uso ou ociosos”, objetivaram convencer as massas de que é elegendo tal ou qual candidato, que “legislem e governem” para os mais pobres, que se resolverão os graves problemas.

No entanto, a unificação dos movimentos em uma só força, baseada nos métodos da ação direta, decorre do conjunto da situação política e das relações entre as classes. Não por acaso, o ato unificou pela primeira vez os diversos movimentos de sem teto, sob palavra de ordem comum contra a criminalização (“Quem ocupa não tem culpa”). Mas, o reformismo aborta a tendência instintiva do explorados a se unificarem e combaterem contra a ofensiva dos governos associados aos empreendimentos imobiliários com os métodos da luta de classes.

O fundamental está em que não se derrotará a ofensiva do Estado burguês contra as ocupações sem se transformar a conjuntural unidade em uma frente única prática em defesa das reivindicações comuns e baseada nos métodos da ação direta. É com esse objetivo que o POR compareceu ao ato com um manifesto (abaixo publicado), em que destacou a necessidade de consolidar a união de todas as forças, partindo do combate ao despreço, à flexibilização capitalista do trabalho, à queda dos salários e aos cortes orçamentários nos serviços básicos. Assinalou a tarefa imediata de constituir comitês unitários em defesa das ocupações, contra os despejos e pela autodefesa diante da repressão.



Para o POR, esses passos iniciais ajudarão aos explorados a avançar na sua independência política e superar as ilusões na política reformista, rejeitando, ao mesmo tempo, “o uso eleitoral do movimento dos sem-teto”, que “dividem os explorados e os submetem às políticas dos governos burgueses”. De forma que, sob a bandeira “Unificar os vários movimentos em uma única força conduzida pela política operária”, defendeu a luta pela “expropriação imediata de todos imóveis vazios ou utilizados para especulação imobiliária, que passam a fazer parte de um plano público de moradia a todos, real acesso à saúde pública e trabalho e educação para a juventude”. Isto é, que os movimentos adotem os métodos, a organização e o programa revolucionários do proletariado.

A responsabilidade pelo desabamento do Wilton Paes é do governo e dos exploradores Unir nossas forças contra a criminalização

Logo após o desabamento do prédio de ocupação, os noticiários começaram uma campanha contra o movimento dos sem-teto. Disseram que a culpa é de quem ocupa e não permite a vistoria. Vozes se levantaram contra os moradores ocupantes, qualificando de perigosos. Descreveram-se as ocupações como sendo antro de marginalidade. Voltou-se a atacar os ocupantes de prédios na Cracolândia, como se todos fossem traficantes.

As mesmas vozes que sempre condenaram os movimentos dos sem teto, voltaram a falar no tombamento de prédios históricos. Voltaram a exigir da prefeitura e do governo do estado a expulsão do que chamam falsamente de invasores e a pleitear o restauro. Em nome da preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, da tradição e da valorização do centro da cidade de São Paulo, culpam os sem-teto e as ocupações como predadores, como estranhos invasores da propriedade pública e privada e como uma mancha social na beleza arquitetônica. Mais ainda, culpam as ocupações de prejudicar o comércio, o turismo e de tornar o centro da cidade em um perigoso lugar.

As reportagens se esmeraram em mostrar que os moradores por ocupação põem em risco a vida. Não só a deles, mas também de outras pessoas. Isso porque fazem ligações elétricas clandestinas, sem as condições de segurança necessárias e assim podem provocar tragédias. O fogo e o desabamento do edifício no Largo do Paissandu seria um exemplo do que pode acontecer nos 67 imóveis que terão de ser abertos à vistoria.

Assim, está previsto uma ofensiva do poder público contra as ocupações.

O prefeito João Dória - um ricoço que usou uma fortuna para se eleger - já vinha usando a repressão e a violência contra as ocupações. Esteve empenhado em entregar áreas inteiras, a começar pela Luz, nomeada de Cracolândia, a empresários, que se valem da especulação imobiliária. Há um plano para arrancar os moradores de ocupação dos edifícios. Somente a prefeitura e o governo do estado não o puseram completamente em prática, porque não quiseram enfrentar politicamente a resistência das ocupações. Mas já há um começo no bairro da Luz. Agora, estão utilizando o desabamento do Wilton Paes de Almeida, para dar mais um passo na desocupações e expulsões das famílias.

A primeira medida tomada foi a de fazer uma grande propaganda para convencer a população de que a culpa do desabamento e das mortes é dos ocupantes. Ao lado dessa medida, apresentam os movimentos dos sem-teto como vinculados à criminalidade e a interesses particulares de suas lideranças. Confundem a população que não tem como distinguir o que é o movimento dos explorados, pobres e miseráveis pela moradia do que é a criminalidade que pode ali estar presente. Criminalidade que está em toda parte onde o desemprego, o subemprego, os salários de fome e a miserabilidade destroem a família operária e rompem seus vínculos com a produção social.

Este Ato na Praça da Sé contra a criminalização dos movimentos e pela moradia precisa ser o ponto de partida para uma grande união de todas as forças que defendem a preservação da força de trabalho da classe operária. O emprego, o salário, a moradia, a saúde e educação são os bens básicos para a existência da família trabalhadora. Quando não se tem emprego e salário, quando se vive de subemprego e quando se ganha um salário que não cobre as necessidades vitais, não se pode pagar aluguel e milhares de famílias se tornam desabrigadas, sem-teto. É quando a força de trabalho – ou seja, nossa capacidade de produzir – é mutilada pela pobreza e miséria. A perda da casa é o ponto final da tragédia social, provocada pelo capitalismo. Sem a moradia, a família operária é completamente destruída.

Esse é o motivo mais profundo de se organizar movimentos pela moradia e de se ocupar os prédios vazios. Os governos, a burguesia e a elite da classe média culpam os pobres pela sua própria pobreza. E procuram criminalizar os movimentos. Mas os operários com consciência de classe sabem que é da exploração capitalista do trabalho, da propriedade privada dos meios de produção e da concentração de riquezas nas mãos da minoria que surgem milhares e milhares de sem-moradia.

Nenhuma família escolhe sobreviver de ocupação. Nenhuma prefere os cortiços e favelas. É a miséria e a pobreza que decidem por milhares de famílias, que são expulsas dos bairros operários minimamente organizados. Os operários com consciência de classe sabem que é preciso defender a força de trabalho, porque dela depende todos os explorados e por meio dela destruiremos o capitalismo pela revolução proletária. Por meio dela, vamos transformar a propriedade privada em propriedade social, ou seja, em propriedade socialista. Por meio dela, acabaremos com a sociedade de classes e assim aboliremos a exploração do homem pelo homem.

Para isso, temos de nos organizar contra tudo e contra todos que nos empurram à pobreza e miséria. É preciso dar um passo adiante no movimento de ocupação e defesa da moradia. Qual é esse passo? Unificar os vários movimentos em uma única força conduzida pela política operária. Podemos e devemos começar por ter um programa comum. Começamos por entender que tudo começa pelo desemprego, subemprego e salários de fome. Nossa luta pela moradia deve começar por exigir trabalho e salário. Vamos dar um passo na unificação lutando por um salário mínimo vital, que preencha todas as necessidades

da família trabalhadora, redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários (o que chamamos escala móvel das horas de trabalho), moradia garantida pelo Estado a todos que necessitam, expropriação imediata de todos imóveis vazios ou utilizados para especulação imobiliária, que passam a fazer parte de um plano público de moradia a todos, real acesso à saúde pública e trabalho e educação para a juventude.

É preciso que os movimentos também se unam na compreensão de que as ocupações são uma resistência limitada. Não têm como garantir a moradia a todos os explorados e não têm como chegar a uma habitação humanamente digna. Não aceitamos as condições miseráveis de habitação das favelas e cortiços. Lutamos para que sejam substituídos por bairros saudáveis, à altura de quem trabalha e produz a riqueza do País. A solução real e definitiva do problema da habitação está na luta geral da classe operária para impor aos capitalistas as condições mínimas de sobrevivência da força de trabalho. Esse programa impulsiona a luta de classes no interior do capitalismo e avança no sentido de sua destruição pela revolução proletária. Está aí por que a solução definitiva somente será alcançada no socialismo.

Devemos nos unir, portanto, em torno da luta por um governo operário e camponês, que resultará da tomada do poder da burguesia pelo proletariado. O movimento pela moradia somente servirá à organização dos explorados no campo da independência de classe e a elevação da consciência classista se lutar por um governo operário e camponês. É preciso, assim, rejeitar o uso eleitoral do movimento dos sem-teto. As disputas nesse terreno e o eleitoralismo dividem os explorados e os submetem às políticas dos governos burgueses.

Esse ato da Praça da Sé contra a criminalização dos movimentos sociais responderá a esse objetivo caso se coloque pela unificação em torno de um programa operário para a habitação. Nós que construímos o Partido Operário Revolucionário propomos aos sem-teto, aos movimentos e às suas lideranças para que constituam um comitê, que reúna todas as forças dispostas a resistir à criminalização, aos despejos e a lutar pela moradia a todos.

A culpa pelo desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, pelas mortes e danos aos moradores é da burguesia, de seus governos e da miséria imposta pelos capitalistas!

Nossa resposta é o avanço da luta, da unidade da classe e do combate aos capitalistas e seus governos!

Manifestação em Mauá

Posicionamento do POR diante da prisão do prefeito de Mauá

No dia 15/5, PSOL e PSTU convocaram um ato em frente à Câmara Municipal. Pretendiam cobrar dos vereadores a criação de uma CPI para averiguar a prisão do prefeito Atila Jacomussi, denunciado de roubo da merenda. No local, também se encontravam os defensores do prefeito, que iniciaram provocações por meio de gritos e buzinas. A GCM aproveitou para impedir a manifestação.

Os militantes saíram do local e se dividiram em dois grupos. Uma parte foi para a estação de trem e a outra se dirigiu à avenida, na tentativa de bloqueá-la. A GCM, com spray de

pimenta e armas em punho, reprimiu os manifestantes que procuravam fechar a avenida. Assim, o protesto acabou se limitando a uma panfletagem na estação.

A Corrente Proletária interveio com um Manifesto, que tem como essência a convocação de uma assembleia popular. Para que esta tome em suas mãos o problema da destituição do prefeito e de toda a camarilha. Portanto, apontava o caminho para se constituir um tribunal popular, que tem por objetivo investigar os crimes da burguesia e de seus governantes.

Responder à corrupção por meio de uma assembleia popular

Integrantes da quadrilha da merenda escolar de Mauá – o prefeito Átila Jacomussi, PSB, e seu secretário de Transporte, João Eduardo Gaspar, PCdoB – foram presos. Os bandidos desviaram o dinheiro da alimentação das crianças. Fizeram o mesmo que o chefe da Assembleia Legislativa do governo Alckmin, Fernando Capez, do PSDB. Parece que essa prática é generalizada Brasil afora. Não por acaso, a quadrilha de Mauá está ligada à quadrilha de Mongaguá, cujo prefeito também foi preso.

O fato de desviarem dinheiro da merenda indica que não existe limite para a corrupção no Estado burguês. Tendo onde desviar recursos, lá estão politiqueiros de todos os partidos da ordem e empresários. Se a roubalheira vai da Petrobras à merenda escolar, estamos diante da profunda decomposição do capitalismo.

A corrupção é inerente à sociedade de classes, em que a minoria exploradora e opressora do povo se vale dos recursos do Estado. No capitalismo, assume a forma de mercantilização. E como a política se entrelaça indissolivelmente com os interesses mercantis da classe capitalista, constantemente se degenera em falcaturas, desvios, roubos e todo tipo de delinquência. Não há, assim, por que isentar o dinheiro destinado à alimentação das crianças pobres, que frequentam a escola pública, da ambição dos politiqueiros. Mauá é um município industrial e povoado por operários, por trabalhadores de serviços e por uma massa de desempregados e subempregos. Por aí se vê o significado social do desvio de recursos da escola pública, que já são escassos.

Temos visto que os escândalos de corrupção e as operações

policiais fazem parte das disputas interburguesas. Toda a estrutura estatal – da federação aos municípios – está carcomida por quadrilhas montadas pelos partidos, empresários e pelas camarilhas do funcionalismo. As prisões dão a falsa ideia de que está havendo investigação e punição. Nessa situação, despontam os politiqueiros da burguesia com a bandeira da moralidade, da salvação nacional e da preservação dos valores democráticos. São hipócritas e cínicos, que se valem dos escândalos para enganarem os explorados. O momento eleitoral é propício a esse tipo de politicagem. Mauá está sem prefeito. Logo surgem aqueles com a bandeira de CPI contra a corrupção. São os eleitores mascarados de moralistas. Ocultam que a Câmara Municipal é um covil de ladrões.

O ato convocado pelo PSOL, PSTU e outras correntes se dirige no sentido da CPI e da apologia à prisão do prefeito. Ao contrário, é preciso que se diga que a corrupção não tem cura, nem correção nos marcos do capitalismo e do Estado burguês. Sem dúvida, é preciso condená-la como produto da sociedade burguesa. As respostas devem partir da política do proletariado, que se choca com a política da classe capitalista.

Está colocada a defesa da convocação de uma assembleia popular, que tome em suas mãos o problema da destituição do prefeito e de toda a camarilha. Esse é o caminho para se constituir um tribunal popular, a ser edificado por meio das massas em luta. A denúncia da corrupção é um meio de luta política, subordinado à ação direta das massas e de sua organização independente.

Rondônia

Prefeito de Porto Velho sucateia a saúde para privatizar

O prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves/PSDB, vem aplicando a política de sucateamento dos serviços públicos. No dia 7 de maio, a Câmara de Vereadores aprovou um projeto para a saúde pública, que legaliza empresas privadas, como Organizações Sociais (OS), para gerir as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Segundo o prefeito, essas organizações foram criadas pela Lei Federal 9.637, em maio de 1998, e objetivam o atendimento em setores dos serviços públicos para “suprir as carências”. Com esse falso argumento, o prefeito tenta ganhar o apoio da parcela da população que sente na pele o desmonte da saúde pública. Com o apoio da imprensa local, faz uma grande campanha de que não irá pagar profissionais da saúde “para dormir no trabalho”, procurando jogar a população pobre contra os trabalhadores do setor. Lembremos que, no início do ano, 20 médicos se exoneraram por falta de condições de trabalho. Fato que tem sido corriqueiro. Com a exoneração de médicos e a não contratação de outros, as UPAs estão em frangalhos. O prefeito aproveita dessa situação para impor a privatização por meio das OS.

Por outro lado, os sindicatos dos servidores do município

e da saúde não movem uma palha contra o desmonte da saúde pública e a privatização. Não organizam os trabalhadores da saúde para responderem com luta direta. O sindicato dos trabalhadores do município é dirigido pela vereadora Elis Regina, do PCdoB, que, juntamente com os demais sindicatos da saúde e conselhos, defendem as ações legalistas. No momento em que o prefeito está empenhado na implantação da OS, as burocracias sindicais chamam as tais audiências públicas. Está aí o caminho da derrota, as experiências já demonstraram.

Ao contrário do legalismo burguês, os trabalhadores da saúde devem exigir a convocação de assembleias e aprovar o caminho do enfrentamento contra a privatização da saúde. E buscar a unidade dos explorados para, por meio da luta, derrotar mais esse ataque do prefeito do PSDB.

A Corrente Proletária denuncia a privatização da saúde, ou seja, a imposição da OS. Levanta a bandeira de: um único sistema de saúde, público, inteiramente gratuito. Isso significa a estatização de todo o sistema de saúde privado, sob o controle coletivo da classe operária.

Participação da Corrente Proletária no Seminário sobre a BNCC e o CIS

No dia 12 de maio, a Corrente Proletária participou do Seminário sobre a Reforma do Ensino Médio (BNCC) e sobre o CIS (Contrato de Impacto Social), na subseleção Oeste-Lapa. O seminário contou com a exposição das correntes que intervêm na região. A Corrente Proletária procurou concentrar sua intervenção nos seguintes pontos:

1. Rechaçar a reforma do ensino médio privatista do governo de Ditadura Civil de Temer e do imperialismo

Na fase de decomposição do capitalismo, ou seja, em sua fase imperialista, todas as reformas são reacionárias. A crise econômica que se abateu sobre as potências exige que as semicolônias entreguem o setor público aos capitalistas. Seja através das privatizações, seja pela desnacionalização. Por isso, as reformas de Temer são antinacionais e antipopulares. Visam à eliminação de antigas conquistas dos trabalhadores (reforma trabalhista e previdenciária), a entrega do que resta das empresas estatais (Embraer, Eletrobras, Petrobras) ao capital estrangeiro, a desnacionalização de reservas minerais (Renca, etc.) e a privatização de serviços essenciais, saúde e educação (reforma do ensino médio e imposição do CIS, das OS, etc.). Objetiva-se, assim, manter o pagamento da gigantesca dívida pública, descarregando o peso da crise econômica sobre os ombros dos explorados.

Não por acaso, a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular vêm no sentido de atender aos interesses de grupos econômicos privados, entre eles a Fundação Lemann (principal articulador), Cenpec, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Roberto Marinho. Lembremos que as diretrizes da BNCC seguem os ditames dos organismos imperialistas, BIRD, Banco Mundial, OCDE.

Como podemos ver, o imperialismo exige dos governos das semicolônias a entrega da educação pública aos capitalistas da educação. Esses visam a transformar a educação em uma mercadoria lucrativa. Por meio da venda de produtos, que serão usados pelos estudantes e professores, tais como: livros didáticos, assessoria pedagógica, apostilas, ensino a distância, etc. E, também, a imposição do CIS (Contrato de Impacto Social) e outros para o gerenciamento das escolas.

2. Combater o CIS privatista com luta nas ruas

O segundo tema do Seminário foi sobre o Contrato de Impacto Social (CIS), projeto idealizado pelo governo Alckmin/PSDB, que visa à contratação de empresas privadas para prestarem serviços de assessoria administrativa nas escolas do estado. Essas teriam como tarefa melhorar o desempenho dos estudantes nas avaliações externas e diminuir a evasão escolar. Para tanto, selecionou 122 escolas, em diferentes regiões, para participarem inicialmente do projeto. Dessas, 61 seriam consideradas escolas de “tratamento” e outras 61, escolas de “controle”. As de “tratamento” receberiam assessoria privada e recursos; as de “controle”, não receberiam nada. Serviriam apenas como espelho para comparar a evolução dos números das primeiras. Com isso, o governo repassa milhões de reais para as empresas privadas. Nesse plano, estão diretamente envolvidos o Banco Mundial, a ONG britânica

Social Finance e o Instituto Inesper.

Desde 2015, esse projeto privatista já vem sendo aplicado em outras regiões do país, como Goiás e Ceará. Em Goiás, o governador Marconi Perillo/PSDB entregou 23 unidades educacionais do estado para o gerenciamento das Organizações Sociais (OS). São entidades privadas responsáveis pela manutenção das escolas e em garantir melhor desempenho dos estudantes nas avaliações externas. Ficarão, também, responsáveis pela contratação de professores temporários e funcionários. No Ceará, o governador Camilo Santana/PT implantou o projeto “Gestão em Sala”. Trata-se do treinamento de professores e coordenadores por entidades privadas, com vistas a diminuir a evasão escolar e os elevar os números das avaliações externas.

Como se vê, não é novo o projeto dos governos de introduzir a privatização na educação pública. Trata-se de mecanismos de transferência de recursos públicos para empresas privadas. Sabemos que o objetivo não é melhorar a gestão da escola pública. Isso porque a crise educacional não se origina na má gestão. Mas, sim, é expressão da desintegração do sistema econômico capitalista e das medidas de sucateamento impostas pelos planos de ajuste econômico dos governantes. É uma exigência do imperialismo que a educação seja colocada no mercado, para ser explorada como qualquer outra mercadoria. Nesse sentido, a luta contra essas medidas se soma à luta geral contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista. Não há outro caminho senão a retomada dos métodos de combate que são próprios dos explorados. Como se trata de uma ofensiva nacional, é preciso que as direções sindicais se coloquem verdadeiramente por uma greve nacional para pôr abaixo os planos privatistas da educação pública.

Por fim, a Corrente Proletária defendeu uma campanha apoiada nas seguintes reivindicações:

- a. Rejeitar as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer;
- b. Rechaçar a reforma do ensino médio, a BNCC e o CIS, OS e outros com a unidade nacional dos explorados e com os métodos da luta de classes;
- c. Levantar a bandeira de um único sistema de ensino, público, gratuito, sob o controle dos que estudam e trabalham. Um ensino inteiramente custeado pelo Estado. O que implica a estatização de toda a rede privada, sem indenização, em todos os níveis. Fim de todas as barreiras que impedem a juventude de ter acesso às universidades;
- d. Defender do ensino laico e científico. O que pressupõe o combate a toda ingerência religiosa;
- e. Combater a terceirização, lutando pela estabilidade a todos os trabalhadores contratados;
- f. Defender o direito aos jovens ao trabalho e aos estudos. Uma jornada de 4 horas na produção e o restante para os estudos e lazer. Passe livre nos transportes coletivos para a juventude e desempregados;
- g. Lutar contra as demissões, o desemprego, o subemprego por meio da redução da jornada, sem redução do salário.
- h. Combater a miséria e a pobreza, defendendo o emprego a todos e o salário mínimo vital.

Balanço da greve dos professores de Fortaleza

Depois de 23 dias, a greve dos professores da rede municipal de Fortaleza foi encerrada na assembleia da categoria do dia 10/05. O movimento paredista, desde seu início, em 18/04, teve inúmeros obstáculos: a) a decisão da prefeitura de não negociar com a categoria em greve; b) A ilegalidade decretada pela justiça com multa de 10 mil para cada dia de descumprimento e proibição de visitar escolas; c) a resistência de uma parcela dos professores a parar [uma parte em razão dos contratos precários de trabalho e outra por não confiar na direção do PT]; d) a direção do Sindiute, que não impulsionou a luta e incentivava o medo entre os professores; e) a fraqueza de uma oposição sindical combativa em geral e de uma corrente revolucionária no seio do magistério, em particular.

Foi a primeira vez, em mais de 15 anos, que a categoria fez uma greve desafiando a decisão judicial que tornava o movimento ilegal. É certo que a categoria acatou a decisão de não ir às escolas, mantendo-se a 500 metros de distância, mas isso só foi possível pelo terrorismo infundido pela direção do Sindiute (Articulação-PT). Esta deixou de fazer carta aberta aos pais, não pôs carros de som a serviço dos professores, suspendeu os encontros de zonais, a fim de esvaziá-los, e fez terrorismo para que a categoria recuasse. A assembleia do dia 04/05 deu uma contundente resposta às disfarçadas pre-

tensões da burocracia em acabar com o movimento e manteve a greve por maioria esmagadora. A prefeitura, dessa forma, teve de ceder, ainda que parcialmente.

A greve teve poucos ganhos: reajuste de 6,81%, parcelado em 3 vezes, com as duas últimas parcelas de 1,86%, a serem pagas em julho e novembro, sem retroativo; extensão do reajuste às auxiliares de educação infantil; pagamento de mais 3 parcelas de pecúnias; não corte de ponto dos professores de contrato temporário (substitutos); suspensão da multa sobre o sindicato e reposição das faltas com base em três propostas de calendário. Mas, a maior conquista foi o deslocamento de uma grande parcela dos professores para o campo da oposição. A greve e sua experiência com a burocracia sindical permitiu que uma grande parte da vanguarda compreendesse a necessidade de lutar por uma nova direção, combativa e democrática. As condições para a construção de uma oposição unificada estão dadas e, a partir dela, a propaganda das ideias revolucionárias.

O POR, que interveio com manifestos, com falas nas assembleias, participação nos zonais e nas mobilizações por escola, lutará para impulsionar a oposição sindical entre os professores e para que esta compreenda as tarefas colocadas diante da brutal crise do capitalismo: lutar contra a destruição do ensino e aliar-se ao proletariado no combate aos governos burgueses.

Sinpeem

Após a greve vitoriosa, o funcionalismo municipal de SP não pode baixar a guarda

Aconteceu, no dia 16 de maio, a reunião de Representantes de Escola (RE) do Sinpeem. Foi a primeira, desde o encerramento da greve do funcionalismo municipal contra a Sampa-prev, em março. Como não poderia deixar de ser, o balanço e as perspectivas da mobilização, considerando que o projeto se encontra suspenso, tomaram conta da reunião.

O prazo de 120 dias estabelecido pelo governo só passará a contar após a instalação do Grupo de Trabalho, responsável por “estudar” a questão. O próprio governo, todavia, tem feito declarações sobre a intenção de retomar a votação da Sampaprev após as eleições. Não é de se duvidar, afinal, foi exatamente o que se passou quando Haddad e Doria encaminharam a questão à Câmara em dezembro 2016 e 2017, respectivamente.

Apesar desse retrospecto negativo, o presidente do sindicato, Cláudio Fonseca (vereador pelo PPS), defendeu na reunião que a tática a ser adotada devia ser a de adiar ao máximo possível o estabelecimento do GT. O que implica esperar o governo tomar a iniciativa, ao invés de preparar a resistência desde já.

O problema é alimentar a ilusão de que essa via possa resolver a questão. A experiência mostrou que não foram as manobras jurídicas e parlamentares que impuseram a derrota ao

governo Doria. A vitória parcial e temporária obtida foi fruto da ação coletiva e da radicalização da mobilização. Foi fruto da luta unificada do funcionalismo, com o enfrentamento no terreno próprio da classe operária, com independência de classe e com o método da ação direta.

É preciso impulsionar as tendências existentes com o objetivo de preparar a retomada do combate. A campanha salarial acabou ficando de lado até agora, o mesmo valendo para a luta em favor da melhoria das condições de trabalho. A Corrente Proletária na Educação defendeu a necessidade de se convocar uma assembleia ainda no primeiro semestre. Defendeu mais uma vez a bandeira de retirada do PL 621 e a unidade com os outros setores. Nada de desvios eleitoreiros e ilusões nas manobras parlamentares! É preciso combinar as reivindicações de defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e das condições de trabalho.

Fonseca não só ignorou a proposta de assembleia, como vetou arbitrariamente a realização de uma reunião dos trabalhadores do quadro de apoio, proposta pela Corrente Proletária. Caberá à vanguarda manter a pressão sobre a burocracia sindical e recolocar o debate na reunião do Conselho Geral da entidade, no dia 22/05. Nada de esperar nem baixar a guarda!

Frente Ampla Londrina

Desde a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a esquerda reformista se tem mobilizado, reivindicando a sua libertação. Inicialmente, sob o impacto da prisão, constituiu-se um princípio de frente pela liberdade do Lula e em defesa das liberdades democráticas capitaneadas pelo PT local, porém, com adesão hesitante de outros agrupamentos, que desconfiam das intenções do PT. Esse embrião de frente já realizou algumas ações, como foi a participação no ato unificado de 1º de Maio, no acampamento Maria Letícia, em Curitiba.

Contudo, após quase uma dezena de reuniões, a frente não consegue se constituir, pois, cada agrupamento tenta puxar a “brasa para sua sardinha” e todos desconfiam de todos.

Sendo a iniciativa do PT e, embora desmoralizados na cidade, eles ainda têm um número maior de elementos que orbitam esse partido, quase todos ex-ocupantes de cargos durante os governos do PT, no âmbito federal e municipal. Por essa razão, eles acabam tendo uma influência maior, que se traduz na priorização de ações “práticas”, evitando as definições políticas, que necessariamente devem preceder a constituição de qualquer frente.

O POR tem defendido, desde a primeira reunião, a necessidade de se definir previamente a plataforma clara sobre a qual constituir a frente. Temos defendido que essa frente deve se estruturar sobre dois pontos: a liberdade do Lula e a defesa das liberdades

democráticas. Essa colocação se choca com o uso eleitoral que todas as outras correntes buscam imprimir a essa frente.

PT, PCdoB, PCO e PSOL, além da frente Brasil Popular e demais “coletivos” se colocam claramente em defesa da democracia, e pela constituição de uma frente que defenda a democracia. É evidente que esta formulação se deve à orientação reformista e eleitoreira da maioria delas, que buscam mediante a participação nessa frente potencializar-se eleitoralmente.

Outra dificuldade com que se choca a constituição dessa frente é o seu caráter superestrutural. É uma reunião de caciques que não têm base no movimento de massas. Nessa medida, prevalece uma tendência burocrática que pretende aparelhar sindicatos para lhes utilizar os recursos.

O POR defende que a bandeira de “Lula Livre” não consegue explicar o brutal ataque à vida das massas. Isoladamente das reivindicações que expressam a luta das massas e das liberdades democráticas, uma frente dessas não conseguirá enfrentar a ditadura civil de Temer, porque não mobilizará os trabalhadores esmagados pela opressão brutal que hoje enfrentam.

Só quebraremos a medula dorsal do golpe se a classe operária e os demais trabalhadores se colocarem nas ruas, contrários às reformas antinacionais e antioperárias da ditadura civil de Temer.

Rio Grande do Norte

Crítica ao Manifesto do Comitê de Libertação de Lula na UERN

No lançamento do Comitê na Uern, foi distribuído um Manifesto. Na reunião que discutiu a elaboração, o POR apresentou uma proposta completa. O professor petista da Faculdade de Educação apresentou uma proposta inacabada. A discussão foi longa, porém, o Manifesto saiu, mesmo com algumas imprecisões e equívocos.

Uma imprecisão do Manifesto é caracterizar os programas Minha Casa Minha Vida, a Farmácia Popular, o bolsa família, todos, como programas sociais. Há programas que são assistenciais e não atingem o grosso das classes exploradas. O programa Minha Casa... inclusive, serviu aos capitalistas da construção impulsionando o setor empresarial. Os burgueses lucraram bastante, enquanto os beneficiados hoje encontram dificuldades, com o desemprego, de manter a prestação do imóvel.

Um equívoco está em apontar o FIES e o PROUNI como formas de assistência à comunidade universitária. O FIES e o PROUNI financiaram a educação privada, enriquecendo os empresários do setor e criaram a ilusão do acesso das camadas pobres à educação universitária. Arrefeceu a luta pelo acesso a todos a educação, da verba pública para a educação pública e do fim da educação privada. Enquanto financiava a educação privada, o REUNI destruiu a

universidade pública, superexplorando o trabalho docente, levando os profissionais ao adocimento e precarização do seu trabalho.

Um dos pontos positivos do Manifesto está no reconhecimento da luta contra o avanço das tendências ditatoriais da burguesia “na organização de um amplo movimento nacional dos explorados, que combine as bandeiras de liberdade de Lula com as reivindicações contra as Reformas do governo de ditadura civil de Temer e em defesa das condições de vida dos explorados” como saúde, emprego, salário, educação, moradia, etc. Como também na ideia de só quem pode julgar Lula é a classe operária e os demais explorados.

Nessa última ideia, é curiosa a retirada do Tribunal Popular. Os petistas aceitam o julgamento de Lula pela classe operária e os demais explorados e rejeitam a proposta de Tribunal Popular, porque pensam em um julgamento nas urnas e não pelas massas insurretas contra o capitalismo. O “julgamento” das urnas está dentro da lógica burguesa eleitoral e não da política independente da classe operária.

O POR luta no Comitê para transformá-lo em instrumento de união e luta dos explorados por suas reivindicações, opondo-se assim à sua transformação em um Comitê pró voto em Lula.

POR debate a violência sobre a mulher em Mauá/SP

No dia 15 de maio, o POR foi convidado a estar numa mesa de debate em Mauá, organizado pela subseção da APEOESP na região. O tema foi a violência sobre a mulher.

A expositora iniciou sua exposição apresentando dados fornecidos pela própria burguesia, por meio dos registros de atendimento no SUS e da Secretaria de Segurança Pública. Constatou que a violência sobre a mulher começa na família; é cometida ge-

ralmente pelos pais, cônjuges, namorados, etc. Dá-se sobretudo em idade reprodutiva e recai principalmente sobre as mulheres negras.

Assim sendo, não se trata da mulher em geral que vem sofrendo a violência, mas a mulher enquanto filha, esposa ou namorada, que, no laço familiar, é dependente economicamente do homem.

A sociedade capitalista não somente mantém a dependência financeira da mulher, como a tem intensificado, na medida em que aumenta a exploração da força de trabalho. Assim, há uma unidade entre a violência sobre a mulher e sua dependência financeira no seio da família. Somente por meio dessa relação é possível encontrar a raiz de tamanha violência sobre a mulher, que culmina com o homicídio. É preciso, sempre, buscar as raízes de classe da opressão sobre a mulher.

Um ponto que procuramos chamar a atenção é o da situação por que passa o País. A violência à mulher se agrava com o fortalecimento das tendências autoritárias, manifestadas sobretudo com o golpe de Estado, que culminou com a formação de um governo de ditadura civil de Temer, e as consequentes aprovações da reforma trabalhista, da lei do teto e da reforma da previdência, que ainda está por ser aprovada. Não por acaso, a mulher padecerá ainda mais com a dupla jornada de trabalho. No caso da previdência, o capital financeiro exige a eliminação da distinção entre a condição da mulher e do homem.

A luta pela emancipação da mulher está vinculada à luta contra as reformas, contra o governo golpista. Lutar para pôr fim a dependência econômica, em que todas as mulheres tenham emprego e salário, que supram as necessidades mais elementares. E essa luta tem de se dar em unidade com os homens, reivindicando a escala móvel das horas de trabalho e escala móvel de salário. Lutar pelo direito à maternidade. Que o Estado garanta creches e escolas públicas e gratuitas a todas as crianças. Lutar para que

as tarefas domésticas sejam realizadas por meio de lavanderias e restaurantes coletivos.

A exposição se encerrou com a defesa de que a luta contra a violência à mulher é parte da luta contra a sociedade capitalista e que a revolução proletária é o primeiro passo para pôr fim a todas as formas de opressão.

No debate, como era esperado, foram feitas colocações contrárias à exposição da militante porista. Algumas colocações adentraram à pseudo teoria feminista de gênero e de machismo. Mostramos que a defesa da educação, cultura e punição cria a ilusão na possibilidade de reduzir as desigualdades e eliminar gradativamente a discriminação social entre homens e mulheres. Interessou à expositora, em particular, responder à questão das leis. Lembramos que a Lei Maria da Penha, outorgada em agosto de 2006, e a do Feminicídio, em março de 2015, não reverteram a tendência ascendente da violência à mulher. Que as leis burguesas protegem apenas formalmente a mulher, uma vez que estão condicionadas à base econômica, à divisão de classes e à família como parte dessa estrutura. Repetimos que é na família onde se prolifera a violência contra a mulher. Indicamos o peso decisivo da Igreja na manutenção da submissão da mulher como escrava da família. Insistimos, finalmente, que toda opressão é de classe. A da mulher, portanto, não é diferente. A erradicação de toda opressão começará com a luta proletária em defesa da mulher, ainda nos marcos do capitalismo, combatendo por suas reivindicações, e se avançará com a revolução proletária.

Lançamento do livro “Do golpe de Estado à Ditadura Civil” em Pernambuco

O lançamento do sétimo livro do Partido Operário Revolucionário ocorreu no sábado, 5 de maio, em uma escola do bairro do Loteamento Grande Recife. O lançamento contou com a presença dos militantes da célula Recife, companheiros do Ceará e Rio Grande do Norte. Para a exposição do livro, o evento foi organizado em duas exposições iniciais, uma primeira sobre o contexto que levou ao golpe que resultou na ditadura Civil de Temer e outra sobre as lutas contra as reformas e necessidade de conquista da independência de classe. Abrindo em seguida para as intervenções e debate.

A apresentação do livro chamou a atenção para a sua leitura, sobretudo o seu esforço coletivo de aplicação do programa à análise da conjuntura, preparando a militância taticamente para o enfrentamento à ditadura civil de Temer. Nas exposições, a primeira resgatou a avaliação do golpe, que levou à ascensão da ditadura civil. Foi feito um balanço do reformismo que, ao se adaptar à política burguesa, desarmou os oprimidos para resistirem ao golpe e às medidas de ataque impulsionadas pelo capital financeiro internacional.

O impacto da crise no Brasil colocou em cheque o esgotamento da política reformista. A resposta do reformismo a crise não só é ineficiente, coloca para a burguesia os ataques brutais às massas. O golpe, que violou até mesmo a ordem democrática burguesa, tem por base essa tarefa. Mostrou-se a insuficiência da caracterização de governo ilegítimo ou golpista, sendo necessário ressaltar que o governo nascido do golpe é uma ditadura civil. Foi feita a exposição das posições das correntes de esquerda, com seus desvios democratizantes e a bandeira do POR de “Abaixo a Ditadura Civil! Abaixo as reformas Antinacionais e Antipopulares!” Defen-

dendo uma política operária com independência de classe.

Em seguida, a segunda fala evidenciou as lutas de enfrentamento às duras reformas desse governo. Na fala, foi destacada a crise econômica como base da crise política. A camarada elencou: as reformas do ensino médio, A PEC do teto dos gastos, a Reforma Trabalhista, e a necessidade de a burguesia impor a Reforma da Previdência, o que moldará o próximo governo também.

As tendências de luta despontaram com as ocupações estudantis, em 2016, e tiveram como ápice a greve geral de 28 de abril. Entretanto, esse movimento foi estancado na sua potencialidade pelas burocracias sindicais. Destacou-se que, no Brasil e no mundo, houve uma direitização dos governos, mas não das massas.

As intervenções posteriores chamaram a atenção para a Lava Jato e seu papel no golpe de Estado que destituiu Dilma, mostrou-se como instrumento de disputas interburguesas e de guerra comercial, conduzida pela burguesia imperialista.

Outro aspecto destacado nesse processo foi acerca dos Tribunais Populares e prisão do ex-presidente Lula. Compreendendo a prisão de Lula como um desdobramento do golpe. Apontou-se que os Tribunais Populares deveriam ser erguidos para julgar os crimes da burguesia. Destacou-se que o golpe interrompeu as experiências das massas com o reformismo. A militarização da política burguesa foi mais um dos elementos destacados nas intervenções.

O lançamento do livro, portanto, vem pela necessidade de combater e vencer ideologicamente a burguesia, no esforço de colocar o Partido Revolucionário de pé, com independência de classe. O evento foi encerrado com um viva à construção do partido-programa.

Documentos da CIA incriminam presidentes da ditadura militar no Brasil

O estudo e divulgação de documentos secretos da CIA, publicados entre 2015 e 2016, mostra como o organismo de inteligência norte-americano conhecia com profundidade o funcionamento dos governos da ditadura militar instalada com apoio dos EUA no Brasil a partir de 1964. E incrimina pessoalmente os governantes pelos assassinatos cometidos contra militantes de esquerda pelos organismos de repressão vigentes.

No governo Médici (1969-1974), constata-se que os generais e coroneis estavam com a linha de extermínio da vanguarda associada ao comunismo. O assessor do Conselho Nacional de Segurança do governo ianque, Arnold Nachmanoff, considerava Médici um moderado, que abdicara de enfrentar o setor de linha dura do exército brasileiro, empenhado na repressão pelo terror de Estado. Mas aponta que havia da parte de Médici uma preocupação com a queda do prestígio militar entre a classe média por conta da excessiva divulgação da tortura e assassinatos na imprensa. Mostra que, para atenuar isso, autorizava a execução de torturados que poderiam comprometer sua imagem no caso de serem libertados em troca de sequestrados por grupos da ação foquista. Adenda ainda que a prisão e tortura de padres e freiras criava uma tensão entre Igreja e Estado, que não interessava aos EUA.

O documento divulgado dias antes mostra como o general Geisel (1974-1978), que sucedeu a Médici, vai agir no sentido de disciplinar e centralizar as execuções de militantes de esquerda. Nessa época, estava a todo vapor o chamado “esquadrão da morte”, liderado pelo delegado Sergio Paranhos Fleury, e que já agia de forma autônoma em relação aos governos militares. Geisel planejava uma transição da ditadura para a democracia burguesa, e pretendeu controlar o número de assassinatos políticos, determinando que cada caso lhe fosse submetido. Isso significa mais de cem execuções autorizadas diretamente por ele.

A ditadura militar não é o meio próprio da burguesia exercer sua ditadura de classe. A democracia burguesa, sempre contaminada por traços ditatoriais, permite às diversas frações da burguesia partilharem entre si o comando do Estado e preservarem a opressão de classe. Mas, em momentos onde a classe operária e as massas ameaçam seu poder, em meio a crises políticas incontornáveis, parte da burguesia impulsiona a formação de um governo ditatorial, com base de apoio entre a classe média ferida pela crise econômica e social, e tendo como sustentáculo o poder militar das forças armadas. O governo de ditadura militar tem por objetivo desintegrar a organização das massas, impondo-lhe retrocesso profundo em sua

mobilização, em sua vanguarda e em sua democracia própria. Subordina a conciliação de classes pela imposição repressiva de suas medidas. Nos países atrasados, as ditaduras militares se impõem tendo por cima a pressão do imperialismo; no caso da América Latina, do norte-americano.

A ditadura militar no Brasil, que nasceu pró-imperialista, teve de se adaptar às necessidades das oligarquias regionais, e tomou medidas nacionalistas, em especial nos governos Médici e Geisel. A ruptura do tratado de não proliferação nuclear e o acordo nuclear com a Alemanha são exemplo disso. Mas o nacionalismo militar jamais rompeu relações com o governo que ajudou a parir a ditadura. A divulgação desse material da CIA comprova isso, mostra que o governo norte-americano monitorava os governos militares, ainda que existissem choques circunstanciais de interesses entre ambos. O governo Figueiredo (1979-1985), por exemplo, herdou uma

economia nacional profundamente nacionalizada, e teve de aprovar um plano de desnacionalização (privatização), mas que não vingou (por conta das pressões das oligarquias regionais).

O assassinato de militantes, ordenado diretamente pelos comandantes dos governos da ditadura, aumenta e personaliza sua responsabilidade criminal. A Lei da Anistia, que inocenta os assassinos da ditadura militar, dificilmente será revogada ou alterada em função das denúncias que se apresentem. Os militares jamais

A Lei da Anistia, que inocenta os assassinos da ditadura militar, dificilmente será revogada ou alterada em função das denúncias que se apresentem. Os militares jamais largaram totalmente o poder, estiveram sempre por trás dos governos da chamada democracia, e atuaram decisivamente nas crises

largaram totalmente o poder, estiveram sempre por trás dos governos da chamada democracia, e atuaram decisivamente nas crises (deram aval aos impeachments de Collor e Dilma, por exemplo). Hoje, percebe-se que há um aumento de sua participação em vários órgãos governamentais e o restabelecimento formal de aparatos de investigação e repressão aos movimentos sociais. É uma necessidade da burguesia como parte do golpe que derrubou Dilma e impôs a ditadura civil de Temer ampliar a capacidade repressiva das forças armadas. Mas, diante do fato de que as massas não estão levantadas em pé de guerra contra seu Estado, embora motivos não falem para isso, não está colocada para a burguesia e para o imperialismo a necessidade imediata de um governo militar.

Para as massas, a divulgação dos responsáveis pelos assassinatos deve servir de ânimo para lutar, se organizar, pôr em pé seu partido revolucionário e avançar para a revolução proletária. No caminho, construirão seus tribunais populares para julgar e punir a burguesia por seus crimes de classe, manifestarão sua independência de classe, não confiarão mais na justiça dos exploradores. Terão em seus mortos uma referência desse combate e os recuperarão, em memória, da barbárie do capitalismo em decomposição.

130 anos da Lei Áurea

Não há como abolir o racismo nos marcos do capitalismo

Como não poderia deixar de ser, os 130 anos da Lei Áurea, editada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, foram recebidos com justas contestações e protestos pelo movimento negro, sindicalistas e correntes de esquerda. Em sua nota, a CUT rechaça qualquer comemoração, sob o argumento de que a abolição foi “*pura armação histórica*”. Em suas palavras: “*Uma enganação que serviu aos interesses econômicos e políticos do governo do império e a parte de sua elite branca, transformada em ‘lei de ouro’ para inglês ver*”. O Jornal Opinião Socialista, do PSTU, caracterizou “*130 anos da farsa da abolição da escravidão e a luta por reparações*”. O Jornal O Trabalho, corrente interna do PT, intitulou sua nota “*13 de maio: 130 anos depois, a abolição inacabada*”.

Somamos a esse protesto quanto ao fato objetivo de que as massas negras continuaram sofrendo brutal opressão de seus exploradores. Mas não somamos aos argumentos históricos de que a abolição foi uma enganação ou uma farsa. Essa é uma interpretação particular do reformismo. É fácil lançar a condenação moral da continuidade da situação opressiva em que os negros deixaram de ser força de trabalho escrava para se tornarem força de trabalho livre. O fim do sistema escravista se deu no momento em que as forças produtivas capitalistas mundiais e internas exigiam a generalização do trabalho assalariado. Não por acaso, a oligarquia agrária que foi tomando a forma de classe burguesa se viu obrigada, paulatinamente, a ir substituindo a forma escravista de produção, pré-capitalista, pela forma plenamente capitalista. Está aí por que três leis antecederam o 13 de maio de 1888. Os ingleses impuseram a Lei Eusébio de Queiroz, 1850, que proibia o tráfico negreiro. A Lei do Ventre Livre, 1871, e a Lei dos Sexagenários, 1885.

A abolição definitiva da escravidão colonial, já no final do Império, se deu por razões econômicas, sociais e históricas objetivas. Para se lutar contra o racismo, portanto, não é preciso atribuir à resistência dos negros, às revoltas e ao movimento abolicionista como causa principal do fim do regime de escravidão, formalmente reconhecido pela Lei Áurea. Pelo contrário, é fundamental reconhecer que o fim da escravidão se deu por necessidade das forças produtivas capitalistas, que já não cabiam nas velhas relações coloniais-escravistas. A imigração branca, que vai se impondo a partir de meados do século XIX, corresponde às mesmas necessidades e condições que levaram à abolição.

Não há mais como ignorar ou desconsiderar que o proletariado brasileiro tem suas raízes nas massas negras, embora uma boa parcela dos escravos libertos permaneceu por um bom período à margem da produção social capitalista. A utilização da força de trabalho imigrante somente foi possível porque já havia um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Em sua base, estiveram os negros e uma parcela de trabalhadores livres brancos, que compunham a força de trabalho interna. Os imigrantes tão somente engrossaram essa

força de trabalho já existente. Está aí o ponto fundamental da abolição, que é a transição definitiva do velho sistema escravista para o sistema capitalista de produção. Essa transição se deu sobre a base da força de trabalho dos negros, que foram gradativamente transformados em força de trabalho livre, tipicamente capitalista. A imensa pobreza e a brutal discriminação que tomaram novas formas no capitalismo não contradizem a verdade histórica de que nosso proletariado tem raízes nas massas negras. Essa constatação indica por que o racismo se impôs como fator intrínseco à formação de nosso proletariado, desde o século XIX. A abolição do sistema escravista e sua substituição pelo sistema capitalista do trabalho livre não modificou o fundamento original da exploração do trabalho e da sociedade de classes.

O máximo que o capitalismo possibilitou às massas negras foi criar uma pequena classe média, que ganhou alguma projeção mais recentemente. A grande maioria está imersa na pobreza e na miséria. Constitui a maior parte do exército de desempregados e subempregados. Os números estarrecedores que revelam a profundidade da discriminação dos negros – bem conhecidos pelos movimentos – têm suas raízes na ex-

Da escravidão colonial, a maioria negra passou a arcar com a escravidão moderna capitalista, como conceituou Marx e Engels o trabalho assalariado. Essa escravidão moderna resulta na imensa pobreza e miséria das massas negras e brancas, mas especialmente sobre as negras, que sofrem com a discriminação racial.

ploração capitalista do trabalho. Aí está a fonte primária do racismo e todo tipo de discriminação social.

Os reformistas procuram passar ao largo dessa realidade. Fazem de tudo para identificar o racismo como um fenômeno tipicamente de raça, distinto das discriminações de classe. Querem fazer crer sobre a possibilidade de reduzir as discriminações contra os negros explorados por meio de medidas governamentais e de Estado. A bandeira de “reparação histórica” é talhada pelo reformismo. O que tem a ver com o desconhecimento de que a discriminação racial é uma discriminação de classe. Esse desconhecimento implica rejeitar objetivamente – nem sempre ideologicamente – que o fim da opressão sobre as massas negras será obra da revolução proletária. Da escravidão colonial, a maioria negra passou a arcar com a escravidão moderna capitalista, como conceituou Marx e Engels o trabalho assalariado. Essa escravidão moderna resulta na imensa pobreza e miséria das massas negras e brancas, mas especialmente sobre as negras, que sofrem com a discriminação racial.

Rechamos qualquer comemoração nestes 130 anos da Lei Áurea. Levantamos a bandeira da revolução proletária para varrer definitivamente as heranças da escravidão colonial e abolir a escravidão capitalista moderna.

Operários, negros e brancos, uni-vos! A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!

Nesta edição:

- **Palestina:** Contra o genocídio do povo palestino, organizar a frente única anti-imperialista e armar as massas!
- **Nossa campanha pelos 80 anos da IV Internacional.**
- **História do Partido Bolchevique - Capítulo 4: 1917, a revolução proletária. - Segunda parte - Proposta de incorporação da organização interdistrital de Trotsky**

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Partido Operário revolucionário

Contra o genocídio do povo palestino, organizar a frente única anti-imperialista e armar as massas!



Em 31 de março, mais de 60 mil palestinos se aproximaram da vala construída pelo Estado de Israel, nas fronteiras de Jerusalém, para comemorar a *Marcha do Retorno*, que reivindica o direito dos palestinos de retornarem aos territórios ocupados pelos sionistas. Ergueram-se, no local, acampamentos e organizaram-se protestos. Planejava-se estendê-los até 15 de maio, data em que os palestinos denunciam a “Nakba” (“Dia da ca-

de Israel. Foi mais um passo do colonialismo sionista. Avança-se, pela força, contra o pouco que resta do território palestino.

As potências europeias, hipocritamente, alertaram sobre o perigo da decisão e pediram que se parassem os massacres. A ONU posou de defensora dos “direitos humanos” e criticou os Estados Unidos pela transferência de sua embaixada. A convocação de uma reunião urgente do Conselho de Segurança não

As massas palestinas somente se erguerão para derrotar os invasores imperialistas de suas terras no momento em que constituírem seu partido revolucionário, capaz organizá-las sob o programa socialista e promover o armamento do povo.

tástrofe”), êxodo forçado de milhões de palestinos, em consequência da imposição do Estado de Israel, em 1948.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, ordenou reprimir a sangue as manifestações. Franco-atiradores, forças especiais, drones e tanques das Forças de Defesa de Israel (FDI) atiraram contra os manifestantes desarmados. Já somam centenas os mortos e feridos. Entre eles, crianças, adolescentes e velhos.

Em 15 de maio, foi transferida a embaixada dos Estados Unidos de Tel-Aviv e inaugurada em Jerusalém. Assim, o governo Trump reconheceu Jerusalém como capital indivisível

passou de teatralização. Todos sabiam que os Estados Unidos iriam dar de ombros. Pedir ao Estado sionista que só utilize “força letal” como último recurso, como disseram a ONU e as potências europeias, é a maneira de se esconder da responsabilidade do massacre. O imperialismo, de

conjunto, mais uma vez, empapa de sangue o povo palestino.

Porta-vozes cínicos da conciliação entre sionistas e palestinos dizem que a medida diplomática de Trump foi uma ruptura política na situação instável regida pelos acordos de Oslo, patrocinado pelo governo norte-americano de Bill Clinton, em que se previa uma paz negociada, reconhecimento do Estado de Israel e um autogoverno palestino. Esses acordos somente serviram para os sionistas ocultarem o seu colonialismo. De fato, Oslo preparou o caminho para se chegar ao controle total de Jerusalém por Israel, como acaba de ocorrer. Ao contrário, cada vez mais ficou distante a esperança do povo palestino de

constituir um Estado, como estava originariamente previsto na decisão da ONU, em 1948.

As massas palestinas estão, há muito, em uma encruzilhada histórica. Nas condições de desagregação capitalista e de agravamento das tendências à opressão social e nacional, a reivindicação de erguer seu próprio Estado se choca com a imposição de novas fronteiras e de partilha no Oriente Médio, pela via do intervencionismo e ocupações militares.

A política da Autoridade Palestina, na Cisjordânia, e a do Hamas, na Faixa de Gaza, é impotente diante do poderio militar de Israel. O povo palestino, dividido, vem perdendo terreno, embora mantenha a resistência e, periodicamente, se erga heroicamente contra a ofensiva sionista. Os inúmeros levantes mostram que as massas desarmadas nada podem fazer, além de se lançar com pedras e paus sobre as forças de repressão israelense e derramar sangue para manter alta a bandeira do direito a um Estado.

Está claro que não é possível a existência de um Estado palestino ao lado do Estado sionista. A proposição de dois Estados não passou de uma invenção do imperialismo. Reconhecer o Estado de Israel como se fez em Oslo é reconhecer o colonialismo sionista.

As massas palestinas somente se erguerão para derrotar os invasores imperialistas de suas terras no momento em que constituírem seu partido revolucionário, capaz organizá-las sob o programa socialista e promover o armamento do povo.

A classe operária brasileira e mundial tem o dever de se

colocar pela autodefesa armada dos palestinos, pela derrocada do Estado sionista, pela constituição de um único Estado proletário, que reúna os explorados palestinos e judeus, que elimine o sionismo, que erradique todo tipo de discriminação, que ponha abaixo o muro erguido no território palestino, que destrua o armamento particular do Estado, que o substitua com o armamento geral do povo, contra o imperialismo e pela libertação dos povos oprimidos.

Fora o imperialismo de Oriente Médio!

Abaixo as mentiras da ONU sobre os dois Estados!

Pelo armamento das massas para derrotar o militarismo sionista!

Organizar a Frente Única Anti-imperialista dos povos oprimidos de Oriente Médio!

Operários, camponeses e juventude de nosso País, organizemos nossa luta interna contra os ataques da burguesia nacional e do imperialismo aos nossos empregos, salários e direitos sociais. Enfrentemos as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer! Por essa via, poremos em pé a frente única anti-imperialista e teremos forças para defender o povo palestino contra seus sanguinários opressores.

16 de maio de 2018

Nossa campanha pelos 80 anos da IV Internacional

Essa página inicia nossa campanha pelos 80 anos de fundação da IV Internacional, que se cumprirão em 3 de setembro de 2018. Publicamos abaixo dois fragmentos de dois artigos de Guillermo Lora, falecido em 17 de maio de 2009, portanto, há 9 anos.

O texto *Acerca do Programa* é constituído das seguintes partes: A essência do programa revolucionário; A luta de Trotsky; O instinto comunista e a política revolucionária; Observações sobre as particularidades da militância; Revolucionários profissionais; Como formar o militante?; A transformação do instinto comunista em revolucionários profissionais. *Tarefas a Cumprir*, por sua vez, consta das seguintes partes: Advertência, quem somos?; A IV Internacional e suas seções nacionais; Exemplo obrigatório; o POR boliviano; Importante: o descobrimento do

proletariado; Características do instinto comunista; A lição que não se deve esquecer; A lição não mencionada até agora.

Abrimos a página com Guillermo Lora, coincidentemente, com a lembrança de sua morte. Obrigatoriamente, tínhamos de agir assim devido a que Guillermo Lora é a maior expressão do marxismo-leninismo-trotskismo, após a morte de Leon Trotsky (assassinado a mando de Stalin, 21 de agosto de 1940).

Os dois trechos selecionados são a defesa da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Guillermo Lora dedicou uma parte de sua militância a organizar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, por meio do qual ajudou a constituir o Partido Operário Revolucionário no Brasil, Argentina e Chile.

Acerca do Programa

A Essência do Programa Revolucionário

Todos estão de acordo que o programa de um partido político assinala a linha de conduta que terá de seguir para materializar a estratégia. Em se tratando dos partidos marxista-leninista-trotskistas, essa linha de conduta se refere ao trabalho cotidiano no seio das massas oprimidas e exploradas pelo capitalismo, para que possam concretizar a revolução e ditadura proletárias.

O partido mundial da revolução proletária é a IV Internacional, instrumento de mobilização e organização do proletariado nos diferentes países, voltado à revolução, que sepultará

o capitalismo e abrirá caminho ao comunismo.

Como não poderia ser de outra maneira, se organizou começando pela elaboração do Programa denominado de Transição e concentrado na tarefa de orientar as massas e os partidos políticos que compõem a IV Internacional, para que caminhem para a revolução proletária. Esse documento – o Programa de Transição – foi aprovado no Congresso de fundação desse partido mundial, realizado em Paris, no mês de setembro de 1938, e que segue as grandes linhas assentadas no Programa de Ação, de 1934.

O Programa de Transição dá continuidade e sistematiza as ideias da III Internacional, da primeira época, sob a direção de Lênin. O motivo de se formular como Programa Transitório diz respeito ao fato de que a separação entre o programa mínimo e o máximo, entre reforma e revolução e entre tática e estratégia conduz ao reformismo.

O Programa de Transição permite às massas - partindo de sua luta e necessidades cotidianas, do real desenvolvimento de sua consciência de classe, inclusive de seus preconceitos - mobilizarem-se e projetarem-se à conquista do poder.

Os explorados não amadurecem para realizar a revolução em uma academia, em uma época especial, ou à margem das batalhas diárias, mas no transcurso destas. As experiências não apenas unem as massas para a luta revolucionária pelo poder, mas também lhes permite amadurecer para o cumprimento de sua missão histórica.

Tanto a histórica “Teses de Pulacayo”, quanto o último programa do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, têm como guia o método do Programa de Transição. Os pablistas¹ que, em seu momento, se proclamaram trotskistas e quarta

internacionalistas, confundiram o método marxista-leninista-trotskista com a enumeração de reivindicações, que correspondem a uma determinada situação. Defenderam, assim, que o Programa de Transição havia sido superado pelos acontecimentos. Formulação essa que consistiu no ponto de partida de seu revisionismo.

Em nosso País, teve grande importância e notoriedade a consigna transitória de escala móvel do salário mínimo vital, registrada, pela primeira vez, nas Teses de Pulacayo, e que serviu de eixo a grandes mobilizações sociais dos anos 1980, do século passado.

(Extraído do artigo “Acerca do Programa”, abril de 2008)

1. Pablistas – refere-se a Michel Pablo. Serve para denominar uma das mais importantes correntes revisionistas, responsáveis pela desintegração da IV Internacional. Essa corrente se identificou com o Secretariado Unificado da IV Internacional. No Brasil, a corrente Democracia Socialista, interna ao PT, é filiada ao pablismo. Uma de suas frações contribuiu à constituição do PSOL, partido pequeno-burguês reformista. Como se vê, os pablistas ou estão adaptados ao PT ou ao PSOL.

“Tarefas a Cumprir”

A IV Internacional e suas seções nacionais

O partido político destinado a materializar a sociedade comunista mundial é a IV Internacional, Partido Mundial marxista-leninista-trotskista. As organizações revolucionárias nos diferentes países são seções nacionais do único partido revolucionário mundial, comunista, existente. Seria pueril defender que cada uma das seções da IV Internacional prepare, por sua conta, em seu país, a revolução que deve conduzir à revolução

comunista mundial.

Na imprescindível autocrítica do trabalho realizado neste plano pela IV Internacional, cabe censurar severamente e com o objetivo de estruturar corretamente a Internacional, os erros ‘nacionalistas’ que se vêm cometendo.

(Extraído do artigo Tarefas a Cumprir)

Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LXX)

História do Partido Bolchevique

Capítulo 4: 1917, a revolução proletária

Segunda parte - No Jornal anterior, reproduzimos a parte referente à Conferência de Abril.

Proposta de incorporação da organização interdistrital de Trotsky

No final de junho de 1917, realizaram-se as eleições para as Dumas distritais, o que permitiu aos bolcheviques ter uma avaliação do aumento de suas forças. Os bolcheviques foram às eleições com listas próprias, compondo blocos eleitorais exclusivamente com os internacionalistas, particularmente com os interdistritais de Trotsky, que ainda não tinham ingressado ao partido. Lênin considerava que era necessário rejeitar a propaganda por um “bloco de esquerda”, uma vez que a tarefa era a de esclarecer as diferenças políticas diante das massas, para ajudá-las a romper com a política de conciliação com o governo provisório.

Em relação à organização interdistrital de Trotsky, em 10 de maio, o Comitê Central fez uma proposta de sua incorporação no partido, de acordo com a resolução da Conferência de Abril, que colocava “a necessidade de uma aproximação e uma união mais estreita com os grupos e tendências que adotaram uma posição realmente

internacionalista, sobre a base de uma ruptura definitiva com a política pequeno-burguesa”. As propostas do Comitê Central foram: “É necessária a união imediata. A proposta é de incorporar na redação de cada um dos jornais (do atual Pravda, que deve transformar-se em um jornal popular para toda a Rússia e, do Órgão Central que deve ser criado num futuro próximo) um representante dos interdistritais. Propõe-se a criação de um comitê de organização encarregado de convocar (no prazo de um mês e meio) um congresso do partido. A conferência dos interdistritais terá o direito de enviar dois delegados a esse comitê. No caso em que os mencheviques, partidários de Martov, rompam com os ‘defensistas’, seria bom e essencial incluir seus delegados no comitê mencionado. A liberdade de discussão sobre problemas em disputa se garantirá por meio de folhetos, que serão publicados pelo editorial Priboi e pela livre discussão na revista Proveschenie (Kommunist,) que voltou a ser publicada ... Em tais condições, nada poderia justificar, a nosso juízo, uma divisão de forças, seja qual for”. A incorporação da organização que contava

com quatro mil filiados se realizou no VI Congresso.

A importância da incorporação de Trotsky e sua organização ao partido se revelou na resposta que o Comitê Central deu à crise no Comitê de Petrogrado, que defendia a proposta de ter um órgão de imprensa local: *“é difícil compreender por que essa questão se colocou precisamente quando se está montando uma gráfica própria e estão adiantadas as negociações com o grupo interdistrital para que o camarada Trotsky participe na edição de um órgão popular ... A criação de um jornal popular é uma tarefa difícil e requer uma grande experiência. Por isso, o Comitê Central quer conseguir a colaboração do camarada Trotsky, que teve grande êxito na criação do órgão Popular Russkaya Gazeta (1904-1908)”*.

A intervenção nos soviets

O Comitê Central elaborou uma plataforma do partido para a campanha pela reeleição dos soviets, em que constavam os seguintes pontos: *“1) nosso deputado deve ser um adversário incondicional da atual guerra imperialista...; 2) enquanto o povo russo estiver diante de si um governo capitalista, nenhum apoio!, nenhum centavo para esse governo que trava uma guerra de rapina!; 3) nosso deputado deve defender a imediata publicação dos tratados secretos de rapina ...; 4) nosso deputado deve defender a imediata anulação de todos esses tratados ...; 5) nosso deputado deve exigir que o governo russo proponha aberta, imediata e incondicionalmente, sem equívocos e sem demora, a paz a todos os países beligerantes, sobre a base da liberdade de todas as nacionalidades oprimidas ou privadas de seus direitos, sem nenhuma exceção. Isso significa que os Grã-Russos não manterão pela força a Polônia e a Curlândia, Ucrânia, Finlândia, Armênia, nem a nenhum outro povo”*.

Lênin interveio em nome do grupo socialdemocrata do soviets no 1º Congresso de deputados camponeses de toda a Rússia, realizado entre 4 e 28 de maio, expondo as teses discutidas na Conferência de Abril sobre a necessidade imediata de tomar organizadamente a terra, confiscando sem indenização os latifundiários e nacionalizando toda a terra, abolindo a propriedade privada fundiária.

Em fins de maio, reuniu-se a Conferência de comitês de fábricas e oficinas de Petrogrado, onde os bolcheviques apresentaram a proposta de “resolução sobre as medidas econômicas para enfrentar o desastre”, que foi aprovada pela maioria. Ali se defendeu que “o único modo de vencer a catástrofe é implantando um controle operário efetivo sobre a produção e distribuição das mercadorias”. Para garantir o controle, era indispensável “primeiro, que em todos os organismos deliberativos dos operários exista uma maioria de pelo menos três quartos dos votos”; segundo, que os comitês de fábrica, soviets e sindicatos “tenham direito de participar no controle, que todos os livros comerciais e bancários sejam abertos para a fiscalização, que a administração lhes forneça toda a informação necessária; terceiro, que se conceda o mesmo direito ao representante de todos os grandes partidos democráticos e socialistas”. Concluiu assinalando que o controle operário deve ser desenvolvido imediatamente e se estender às operações financeiras e bancárias, e que a “sistemática e eficaz realização de todas estas medidas somente é possível com a passagem de todo o poder do Estado aos proletários e semiproletários”.

Durante o mês de junho, realizou-se o 1º Congresso dos so-

vietes de deputados operários e soldados de toda a Rússia, do qual participaram 1.090 delegados, representando 305 organizações unificadas de operários, soldados e camponeses, 53 soviets regionais, distritais e provinciais, 21 organizações do exército ativo, 8 organizações militares da retaguarda e 5 organizações da marinha. Os bolcheviques tinham 105 delegados.

No seu discurso sobre atitude diante do governo provisório, Lênin destacou que os soviets representavam um novo tipo de Estado. Àqueles que diziam que não havia um partido que estivesse disposto a tomar todo o poder, Lênin respondeu que

(...) “a passagem do poder ao proletariado revolucionário, apoiado pelos camponeses pobres, significava a passagem da luta revolucionária pela paz a formas mais seguras e menos dolorosas que a humanidade havia conhecido, a passagem para um estado de coisas em que estarão assegurados o poder e a vitória dos operários revolucionários na Rússia e no mundo inteiro”.

os bolcheviques estavam dispostos “a qualquer momento assumir todo o poder”. Assinalou que o governo de coalizão não havia modificado nada e que a mesma classe continuava no poder, os latifundiários e a burguesia, motivo pelo qual a guerra continuava sendo imperialista. E que, definitivamente, o problema que estava colocado era avançar ou retroceder, que “a passagem do poder ao proletariado revolucionário, apoiado pelos camponeses pobres, significava a passagem da luta revolucionária pela paz a formas mais seguras e menos dolorosas que a humanidade havia conhecido, a passagem para um estado de coisas em que estarão assegurados o poder e a vitória dos operários revolucionários na Rússia e no mundo inteiro”.

Em seu discurso sobre a guerra, respondendo aos que diziam que era necessária a “sustentação financeira da Inglaterra e França”, colocou que “essa sustentação nos ‘sustenta’ como a corda sustenta o enforcado. Que a classe revolucionária diga: abaixo essa sustentação, nos negamos a reconhecer dívidas contraídas com os capitalistas franceses e ingleses, e chamamos a insurreição geral contra os capitalistas”.

A conclusão mais importante desses Congressos foi que os mencheviques e socialistas revolucionários haviam se revelado como partidos dirigentes. Se antes estes partidos “podiam se esconder – ainda que com a máscara de uma certa veracidade – atrás do argumento de que a vontade da maioria era desconhecida, de que talvez os kadetes pudessem ter a maioria, etc., hoje estes subterfúgios são impossíveis ... Vocês têm a maioria, senhores socialistas revolucionários e mencheviques, vocês são os partidos dirigentes ou, melhor falando, o bloco dirigente. Vocês são os responsáveis. Nossa tarefa principal, na propaganda e na agitação em geral e na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte em particular, consiste agora em explicar às vastas massas de operários e camponeses na forma mais detalhada, eficiente e clara, que os socialistas revolucionários e mencheviques, como partidos dirigentes, são responsáveis pela política atual do país. A situação era distinta antes, uma vez que eles, como partidos, ainda não haviam revelados ser a maioria, então apareciam como ‘oposição’ aos Kadetes dirigentes. Mas agora já não há dúvidas: são os socialistas revolucionários e os mencheviques que têm a maioria”.

(Continuaremos no próximo Jornal Massas)

(Extraído do Jornal Massas, nº 335, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Apontamentos sobre a História do Bolchevismo

No Jornal Massas anterior, concluímos o III Congresso do POSDR. Passamos, agora, para o IV Congresso, realizado em abril de 1906, em Estocolmo, Suécia. Ficou conhecido como o Congresso da unificação entre bolcheviques e mencheviques.

Os levantes de 1905 contra a monarquia, o despertar da classe operária e a constituição dos sovietes fortaleceram tanto os bolcheviques quanto os mencheviques, em termos numéricos. Os bolcheviques tiveram a vantagem de ter suas teses e fundamentações elaboradas no segundo e terceiro Congressos confirmadas, o que potenciou o leninismo e impulsionou a coesão de suas fileiras. Os mencheviques passaram a ter a vantagem numérica, mas frouxidão programática e teórica. Essa nova situação se refletiu na realização do IV Congresso. Cresceram as pressões nas bases mencheviques para superar a divisão.

Lênin pretendia a convocação do Congresso ainda no calor dos combates. Mas acabou ocorrendo no momento em que as massas, já cansadas e duramente golpeadas pela violência contrarrevolucionária, voltavam ao leito normal. O último elo do movimento insurrecional havia sido rompido com a brutal repressão ao movimento operário de Moscou. Em certo sentido, o momento era favorável para os mencheviques, uma vez que podiam se apresentar como maioria dos delegados e se valer da retração das massas. Os bolcheviques, por sua vez, tinham a seu favor o fato da monarquia sair enfraquecida, de as massas aprofundarem sua oposição ao czarismo e de nenhuma reforma significativa ter sido posta em prática.

Em novembro de 1905, Lênin dava a seguinte explicação: *“A revolução ainda não terminou. Se o czarismo já não está em condições de vencer a revolução, a revolução ainda não está em condições de vencer o czarismo”* (1). Retoma a análise, nesse mesmo mês: *“O velho regime está quebrado, mas ainda não foi liquidado, e o novo regime livre existe sem que seja reconhecido, semi-oculto, perseguido a miúdo pelos esbirros do regime autocrático”*. Embora as dificuldades fossem muitas para o triunfo completo da revolução democrático-burguesa, Lênin orientava o partido a estar sempre à frente dos combates e sob a convicção de que a insurreição era inevitável. Exortava: *“Os operários socialdemocratas devem se preparar para acontecimentos ainda mais grandiosos, que lhes imporão uma responsabilidade gigantesca!”*. E conclui: *“Não se deve esquecer que somente um partido socialdemocrata fortemente coeso pode conduzir o proletariado da Rússia à vitória, ombro a ombro com o proletariado socialdemocrata de todo o mundo”* (2).

No seio da revolução, travava-se a luta decisiva por tornar o partido revolucionário em dirigente das massas e capaz de encarnar o programa proletário em contraposição ao da burguesia e da pequena burguesia. Os bolcheviques enfrentam as forças que combatiam o partido com a política e a ideologia burguesa do apartidarismo. Também em novembro, Lênin responde a esse obstáculo: *“O apartidarismo sempre foi, e em todo o lugar, instrumento e consigna da burguesia. Podemos e devemos marchar, em certas condições, junto aos proletários que não têm consciência de classe, junto com os proletários que aceitam doutrinas não proletárias (o programa dos ‘socialistas revolucionários’). Mas em nenhum caso,*

em nenhum momento, devemos debilitar nosso rigor partidário, em nenhum caso, em nenhum momento, devemos esquecer, nem permitir que outros esqueçam, que a hostilidade para com a socialdemocracia, nas fileiras do proletariado, é uma herança das concepções burguesas no seio do proletariado” (3).

Os dois últimos meses de 1905 foram de intensos combates, concluindo com a derrota do movimento em dezembro. Se, em novembro, havia um equilíbrio de forças, em dezembro, com o esmagamento do levante em Moscou, o prato da balança pende para a contrarrevolução. Lênin reconhece: *“A autocracia foi plenamente restabelecida e, inclusive, ‘intensificada’ com os direitos ditatoriais dos sátrapas locais, começando por Dubásov e terminando pelos postos inferiores da polícia”*. A derrota, no entanto, havia sido momentânea, circunstancial. O fundamental do balanço estava em que o proletariado e os camponeses saíam temperados e politicamente mais avançados da revolução abortada. Eis a conclusão: *“Olhemos de frente à realidade. Agora estamos diante de uma nova tarefa que é a de estudar e utilizar as experiências das últimas formas de luta, a tarefa de preparar e organizar as forças nos principais centros do movimento”*.

Um novo problema surge nessa circunstância, que é a manobra do Czar de montar uma caricatura de parlamento (Duma). A burguesia impulsiona essa via, com o claro objetivo de submeter o proletariado à sua política e se desfazer das formas avançadas de combate, que chegou até a greve política e a insurreição. Lênin orientará os bolcheviques a intervirem sob a bandeira *“Abaixo as ilusões constitucionalistas”*. Diz: *“Temos de colocar de maneira mais definida e mais prática as colossais tarefas da nova ação de combate, nos preparar para ela de uma maneira mais firme, mais sistemática, mais tenaz, preservando, na medida do possível, as forças do proletariado, esgotadas pela luta grevista”*. (4)

Bolcheviques e mencheviques concordavam com a caracterização de que a Duma não passava de uma caricatura de representação popular. No entanto, divergiam quanto à tática. Os bolcheviques estavam pelo boicote e defendiam a continuidade da preparação de um novo levante, em torno da defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita pelo povo. Os mencheviques estavam pela participação na Duma. O que expressava as pressões das ilusões constitucionais.

Essa foi uma divergência que surgiu no fogo dos acontecimentos e que ressurgirá com ímpeto no IV Congresso. A preocupação de Lênin para que o Congresso fosse antecipado de abril de 1906 para final de 1905 se justificou pelo ocorrido. Sem dúvida, realizado nas condições de descenso e de ofensiva da burguesia liberal, abraçada à monarquia em decomposição, seria mais favorável aos mencheviques.

(1) “A Organização do Partido e a Literatura Partidária”, Obras Completas, Lênin, tomo X, pág. 39

(2) “Os Pratos da Balança Oscilam”, Obras Completas, Lênin, tomo X, pág. 52

(3) “Aprendam com o Inimigo”, Obras Completas, Lênin, tomo X, pág. 54

(4) “O Partido Operário e suas Tarefas na Situação Atual”, Obras Completas, Lênin, tomo X, pág. 87